

RED

REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

V. 15 n.2 (2023)
E-ISSN: 1984-1736

REVISTA
ESPAÇO
DE DIÁLOGO
E DESCONEXÃO

No presente número contaremos com importantes contribuições de estudos teóricos, bibliográficos e empíricos que reforçam o caráter interdisciplinar que a REDD, como um todo, passou a ter a partir do aumento da complexidade social e das necessidades prementes de darmos respostas aos fenômenos sociais que afetam à vida dos indivíduos em sociedade. Um número que, em certa medida, tem como tema que perpassa os artigos publicados, os impactos das mudanças climáticas e eventos extremos, como a pandemia de Covid-19, na sociedade contemporânea. São problemas complexos e que, por conseguinte, demandam abordagens teóricas que não residem em apenas uma área do conhecimento, mas que, ao transitarem por diversas, reforçam o perfil interdisciplinar da REDD.

Trabalhos originais oriundos de pesquisas interdisciplinares, atrelados a problemas concretos o mundo contemporâneo. Como os leitores poderão notar, os pesquisadores manejaram recursos teóricos-metodológicos diversos e, assim, constroem perspectivas de análises atinadas aos debates mundiais e locais. Uma forma de tratar problemas científicos que cultivam a interdisciplinaridade como habilidade de destaque.

Tamaris et al., em “Autonomia para os(as) pescadores(as): coleta de cotações de pescados como instrumento de apoio na comercialização da pesca artesanal”, os autores tratam do consumo familiar articulado com o mercado nacional. A partir de sistematização de dados, produziram importante diagnóstico sobre a pesca artesanal brasileira.

Em “Um cenário de incerteza: os impactos da pandemia de Covid-19 na vida das trabalhadoras domésticas”, Pereira et al., analisa, qualitativamente, como os trabalhadores domésticos foram impactadas no desempenho de suas profissões. O artigo leva-nos a refletir sobre a possibilidade [e necessidade] de políticas públicas voltadas para trabalhadoras, principalmente, no cenário da pandemia.

Uma demanda que, certamente, tem como fio condutor importante debate feito por Neuana no artigo, “Proteção social e redução de vulnerabilidade: um olhar na redução das desigualdades socioeconômicas em Moçambique”. A autora, em importante estudo, examina a correlação entre proteção social e redução das vulnerabilidades social e econômica em Moçambique.

Tema, que por sua vez, se insere em um quadro mais amplo, impactado pelos eventos extremos oriundos das mudanças climáticas com o estudo “Cidades que ‘devoram’ gentes: mudanças climáticas, vulnerabilidade e o planejamento urbano brasileiro”. Ueno et al., a despeito de focarem no cenário brasileiro, produziram análises que o conecta a um contexto global, em que ocorrências como desastres ambientais afetaram mais de 4 bilhões de pessoas nas duas primeiras décadas do século XXI. Na maior parte dos cenários analisados pelos autores, as populações mais vulneráveis, nas aglomerações urbanas, estão expostas aos riscos ambientais. Fator, que por sua vez, impõe desafios para pensarmos, de forma interdisciplinar, o processo de planejamento urbano e as dinâmicas, históricas, de segregação sócioespacial que atravessam a realidade brasileira por séculos.

Portanto, temos uma edição emblemática de encerramento do ano de 2023. Edição que traduz os desafios locais e globais no enfrentamento às mudanças climáticas e seus eventos extremos. Desejamos a todes uma excelente leitura.

Rodrigo Alberto Toledo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEÇÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

Autonomia para os(as) pescadores(as): coleta de cotações de pescados como instrumento de apoio na comercialização da pesca artesanal

Recebido em: 01/06/2023
Aceito para publicação: 26/09/2023

Annabell del Real Tamariz¹

Sahudy Montenegro González²

Zoey de Sousa Pessanha³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i2.18120>

Resumo

A pesca artesanal destina-se ao consumo familiar e ao mercado local ou nacional. No Brasil e no mundo, a pesca artesanal sofre de uma carência generalizada de informações e de carência de políticas públicas que auxiliem essas comunidades. Para contribuir nessa etapa de comercialização e proporcionar transparência e algum grau de autonomia aos(as) pescadores(as), coletamos os dados pertinentes com o propósito de disponibilizar um instrumento de consulta simples de cotações de pescados acessíveis de qualquer aparelho digital com um navegador web. O presente artigo é o resultado de uma pesquisa realizada no escopo do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA. O artigo visa apresentar um aplicativo web com o intuito de visualizar informações sobre as cotações dos pescados a partir de filtros especificados pelos usuários, tais como sazonalidade, tipos de peixe, faixas de preços e fontes das cotações. Para este último filtro, o aplicativo usa uma ferramenta automática de extração de dados da web para coletar dados dos boletins de cotações de pescado publicados em diversas fontes, uma delas, o *site* do CEASA/Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: pesca artesanal; comercialização; extração de dados; visualização de dados; recuperação de informações.

Abstract

Autonomy for fishermen(women): collecting fish prices as a support instrument in the commercialization of artisanal fishing

Artisanal fishing is intended for family consumption and the local or national market. In Brazil and the world, artisanal fishing suffers from a general lack of information and a lack of public policies that help these communities. To contribute to the commercial stage and provide transparency and some degree of autonomy to fishermen(women), we collect the relevant data in order to provide a simple query tool for fish prices accessible from any digital device with a web browser. This article is the result of research by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), an environmental mitigation measure required by federal environmental licensing conducted by IBAMA. It aims to present a web system to visualize information about fish prices from filters specified by users such as season, price range, fish and source of data. The application uses an automatic web data extraction tool to collect data from bulletins published by several sources, one of them, CEASA/Rio de Janeiro.

Keywords: artisanal fishing; commercial fisheries; data extraction; data visualization; information retrieval

Resumen

Autonomía para los(as) pescadores(as): recopilación de cotizaciones de pescados como instrumento de apoyo a la comercialización de la pesca artesanal

La pesca artesanal está destinada al consumo familiar y al mercado local o nacional. En Brasil y en el mundo, la pesca artesanal sufre de una falta general de información y de políticas públicas que ayuden a las comunidades. Para contribuir con la etapa de comercialización y brindar transparencia y cierto grado de autonomía a los pescadores, recopilamos los datos pertinentes con el fin de brindar una herramienta de consulta simple para las cotizaciones de pescado accesible desde cualquier dispositivo digital con un navegador web. Este artículo es el resultado de una investigación del Proyecto de Educación Ambiental (PEA) Pescarte, que es una medida de mitigación ambiental exigida por la licencia ambiental federal, realizada por el IBAMA y tiene como objetivo presentar una aplicación web para consultar información sobre los precios del pescado a partir de criterios especificados por los usuarios, tales como período de temporadas, rangos de precios, tipos de peixes y fuentes de las cotizaciones. Para esta última, la aplicación utiliza una herramienta automática de extracción de datos de la internet para recopilar los datos de los boletines de precios de pescados publicados en diferentes fuentes, una de ellas es el sitio web CEASA/Rio de Janeiro.

Palabras-Clave: pesca artesanal; comercialización; extracción de datos; visualización de datos; recuperación de informaciones.

¹ Atualmente é professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Chefe do Laboratório de Ciências Matemáticas - LCMAT/CC/UFENF. Coordenou o curso de bacharelado em Ciência da Computação da UENF, no período de 2008 - 2014. Diretora do Centro de Ciência e Tecnologia da UENF no período de Agosto - Dezembro de 2015. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9951-0657>. E-mail: annabell@uenf.br.

² Atualmente é professora adjunto da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Bancos de Dados, atuando principalmente nos seguintes temas: bancos de dados, recuperação de imagens, sistemas de informação, sistemas de suporte a decisão, data warehouse e informática na educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9239-9239>. E-mail: sahudy@ufscar.br.

³ Atualmente atua como Pessoa desenvolvedora Backend Elixir na Solfácil; Iniciacao científica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro para o PEA Pescarte. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Ciência da Computação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1668-043X>. E-mail: zoey.spessanha@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal representa um importante segmento nas regiões litorâneas. É um tipo de pesca caracterizada pela mão de obra familiar em pequenas embarcações, como barcos e balsas (i.e. embarcações sem cobertura e sem motor). Essa atividade, realizada em proximidades de costas, rios e lagos, é destinada ao consumo familiar e aos mercados locais ou nacionais. Segundo (FAO, 2020), estima-se que, em 2018, 59,51 milhões de pessoas trabalhavam em tempo parcial ou completo no setor da pesca de captura e na aquicultura, na sua maioria, são pescadores(as) artesanais em países em desenvolvimento, que nas Américas representam 4% dos trabalhadores. Além disso, a pesca em pequena escala e de subsistência pode ser a principal fonte de renda dessas comunidades.

Por outro lado, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovem o crescimento econômico inclusivo e sustentável, cujo intuito é propor medidas transformadoras que forneçam a capacidade de garantir um emprego decente e reduzir a desigualdade social. O setor da pesca pode ser trabalhado para fornecer oportunidades e facilitar o desenvolvimento sustentável e a geração de renda, por meio do cumprimento do ODS 1 (“Erradicação da pobreza”) e do ODS 8 (“Trabalho decente e crescimento econômico”), especialmente importante em países em desenvolvimento. Adicionalmente, a pesca artesanal brasileira encontra-se em um cenário de carência de políticas públicas que auxiliem essas comunidades.

Como parte desse contexto, o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental, conduzido pelo IBAMA, realizado pela Petrobras e executado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e desde 2014 vem desenvolvendo na bacia de Campos atividades de capacitação para os pescadores artesanais; ações sociais em diversas localidades e tem publicado diversas pesquisas científicas relacionadas ao tema dos pescadores e o meio ambiente.

No Brasil e no mundo, como se reflete no artigo (Alves Da Silva, 2009), a pesca artesanal sofre de uma carência generalizada de informações. Esta falta de informações, por sua vez, pode levar à compreensão equivocada do universo em questão e à tomada de decisões incorretas. Para uma melhor compreensão do ecossistema, a área de abrangência do PEA-Pescarte é de dez municípios da bacia de Campos, que possuem 44 comunidades pesqueiras artesanais no estado do Rio de Janeiro. Com isso, torna-se necessário levantar dados sobre questões ecológicas, socioeconômicas, dentre outros, relacionadas à pesca artesanal e sua comunidade pesqueira.

O levantamento de dados é uma parte importante para possibilitar responder a questões dos(as) pescadores(as) e de pesquisadores e gestores que visam a melhora da qualidade de vida da comunidade da pesca em análise por meio da educação ambiental. Um exemplo é o censo Pescarte que visa fazer um diagnóstico socioeconômico das 44 comunidades pesqueiras da Bacia de Campos, dentre as que podemos mencionar Farol de São Thomé, Lagoa de Cima, Barra de Macaé, Praia Grande, Guaxindiba e Prainha, dentre outros. Para isso, o censo coletou dados sobre a população pesqueira, tais como características demográficas, caracterização familiar, trajetória profissional, dentre outros (Timoteo, 2019). Porém, quaisquer dados coletados precisam ser disponibilizados para proporcionar o estudo dos mesmos e gerar o conhecimento necessário para achar respostas. As ferramentas digitais são um meio de oferecer a disponibilidade dos dados da maneira mais adequada de acordo com o usuário final ou público alvo. Elas são modelos de negócios baseados em tecnologia, cuja missão é conectar interesses e pessoas, promovendo interações de valor entre os envolvidos (Vertigo, 2018).

Dentro do escopo do PEA-Pescarte, o objetivo deste artigo é apresentar:

1. Uma ferramenta automática de extração de dados da web para coletar dados de boletins de cotações de pescado publicados em diversas fontes, especificamente a extração foi realizada do *site* do CEASA/RJ, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro.
2. Um instrumento, aplicativo web, com o intuito de consultar e visualizar informações sobre as cotações dos pescados especificadas pelos usuários. O público alvo do aplicativo é qualquer pessoa pertencente às comunidades pesqueiras do Brasil, assim como pesquisadores e gestores. O aplicativo usa a ferramenta automática de extração de dados.

Este artigo visa apresentar o contexto dos dados relacionados à pesca artesanal. O intuito é descrever ferramentas computacionais que oferecem maior autonomia para os(as) pescadores(as) das comunidades pesqueiras tomarem decisões sobre o processo da pesca artesanal. As fontes de dados estudadas estão relacionadas à etapa de comercialização dos pescados, tais como fontes de cotações de pescados. Essas fontes poderão ser consultadas pelos(as) próprios(as) pescadores(as) e para auxílio de tomada de decisões da parte de pesquisadores e gestores quando for conveniente para conduzir ações de políticas públicas no contexto da pesca artesanal.

O CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL

Em 2021, o PEA-Pescarte realizou a validação e ampliação do conceito de *Comunidade Tradicional de Pesca Artesanal*⁴,

Comunidades tradicionais da pesca artesanal constituem grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se identificam e se aceitam na ocupação e usos de recursos naturais existentes em um determinado território, que pode ou não ser de moradia, mas que esteja relacionado ao ambiente aquático, tendo nas águas suas marcas, símbolos e práticas que demarcam as condições para sua tradicional produção cultural, linguística, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos num movimento dialético entre resistência e transformação.

O projeto PEA-Pescarte vem desenvolvendo atividades de capacitação e ações sociais para as comunidades pesqueiras artesanais em diversas localidades do estado do Rio de Janeiro desde 2014. Recentemente, sob a responsabilidade do projeto, foi elaborado o 2º Censo da Pesca Artesanal na Bacia de Campos, RJ. Dentre os dados parciais foram contabilizados 3.565 domicílios, 3.864 famílias, 4.709 pescadores(as), atingindo ao todo 10.574 pessoas em 44 comunidades pesqueiras artesanais distribuídas por dez municípios do Rio de Janeiro [Portal, 2022], como ilustra a Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de comunidades pesqueiras por município da Bacia de Campos/RJ.

Município	Quantidade de comunidades pesqueiras
Armação dos Búzios	9
Arraial do Cabo	5
Cabo Frio	7
Campos dos Goytacazes	7
Carapebus	2
Macaé	1
Quissamã	3
Rio Das Ostras	1
São Francisco de Itabapoana	4
São João da Barra	5

Fonte: Portal, 2022.

⁴ Parecer 333/2018 CGPEG/DILIC/IBAMA.

Podemos descrever as comunidades pesqueiras da região a partir do estudo apresentado em (PINHO, 2023), que narra uma experiência de convívio com um grupo de pescadores(as) da localidade de Gargaú, em São Francisco de Itabapoana. Esse grupo trabalha com pescaria de camarão. Os autores destacam que a convivência possibilitou constatar a complexidade da riqueza dos saberes-fazer e, também, a interconexão entre o(a)s pescadore(a)s e sua pescaria cotidiana que provoca competição e colaboração com o meio social e natural. O grupo, assim como toda comunidade pesqueira, se insere em diferentes atividades relacionadas à pesca. A pesca gera uma produção que é, em alto grau, perecível e na atividade pesqueira artesanal existe um conjunto de etapas, dentre elas, a confecção e manutenção de meios de produção, captura, conservação, distribuição e comercialização (Diegues, 1983). A comercialização dos pescados é um importante elo da cadeia produtiva da pesca artesanal, já que representa a remuneração pelo trabalho desenvolvido, com base no valor do pescado.

De acordo como descrito em (Dores *et al.*, 2018), a comercialização envolve um conjunto de agentes como os atravessadores que adquirem o pescado da fonte e o destinam a consumidores finais ou outros comerciantes, comumente detendo maior poder sobre a definição do preço do pescado que é pago ao pescador e cobrado do consumidor, afetando diretamente a autonomia dos(as) pescadores(as) artesanais e desvalorizando o trabalho realizado por eles(as). Nesse mesmo trabalho, foram levantados dados relacionados à autonomia da comunidade para escolher o preço do pescado e para quem quer vender.

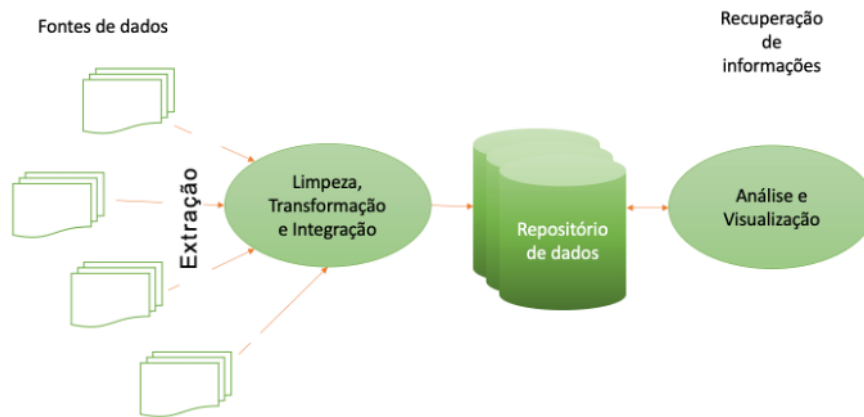
A transparência da informação possibilita a fiscalização da sociedade como um todo e permite a participação popular, especificamente da comunidade pesqueira, na tomada de decisões. Além do aspecto ético e legal sobre compartilhar dados públicos com a sociedade, fornecer instrumentos à sociedade e ao poder público de forma transparente se mostra também uma atitude estratégica.

Quanto à questão da autonomia na etapa de comercialização, com possibilidade de definir para quem e/ou onde será comercializado, existem diferentes fatores que influenciam negativamente, como a perecibilidade do pescado e a necessidade de tecnologia de conservação, que fazem com que pescadores se tornem dependentes de quem possui a propriedade de meios de produção (Dores *et al.*, 2018). Por exemplo, na Baía de Guanabara, a produção da pesca artesanal é vendida no local de desembarque para intermediários, que revendem no CEASA ou no Mercado São Pedro (Jablonski; Azevedo; Moreira, 2006). A negociação de preços com o conhecimento/transparência dos preços mínimo, máximo e aquele mais comuns de cada pescado, de forma atualizada e rápida, pode oferecer aos(as) pescadores(as) artesanais o valor justo pelo seu trabalho.

Para contribuir nessa etapa de comercialização e proporcionar transparência e algum grau de autonomia aos(as) pescadores(as), coletamos os dados pertinentes com o propósito de disponibilizar um instrumento de consulta simples de cotações de pescados acessíveis de qualquer aparelho digital com um navegador web.

EMBASAMENTO COMPUTACIONAL

As tecnologias envolvidas em um ambiente de apoio à tomada de decisões permitem coletar e refinar dados das mais variadas fontes, analisar e apresentar, de maneira proveitosa, a informação útil do domínio de atuação sob diversas perspectivas para que os gestores possam tomar melhores decisões. A inteligência de negócios, aliada à tomada de decisões, reconhece a necessidade de armazenar dados, separadamente, em bancos de dados e consolidá-los, de forma a assistir diversos profissionais na tomada de decisões de modo rápido e eficaz (Kimball; Ross, 2002). a figura 1 ilustra o fluxo dos dados, de maneira genérica, para este fim. dentre os tópicos de estudo para exploração de dados aplicados a um contexto, no caso, a pesca artesanal, tem-se: (1) a extração e integração de dados, (2) a análise de dados, e (3) a visualização de dados. Os assuntos abordados neste artigo são o primeiro e terceiro tópicos.

Figura 1. Processo resumido de exploração de dados da fonte até a recuperação de informações.

Fonte: Adaptado de (KIMBALL; ROSS, 2002)

Em relação à extração e integração de dados, o processo de Extração, Transformação e Carga (ETL) é o principal conceito associado a uma ferramenta de extração e coleta de dados na web (Jensen; Pedersen; Thomsen, 2010). O processo de ETL é um processo típico em ambientes de tomada de decisões, pois ao executá-lo corretamente garante-se com alguma confiança a informação que vai ser entregue ao usuário e, portanto, as decisões tomadas a partir das mesmas. O ETL ou pré-processamento dos dados assegura a integridade dos dados selecionados. Dados limpos e compreensíveis são requisitos básicos para o sucesso de uma boa análise e tomada de decisão por parte do usuário final.

A extração de informação é a tarefa de extrair automaticamente dados estruturados de textos não estruturados ou semiestruturados, que são lidos por uma máquina. Os algoritmos de mineração de dados podem ser aplicados na etapa de ETL com a finalidade de agregar conhecimento e enriquecer os dados armazenados em um ambiente de bancos de dados. As técnicas de descoberta de conhecimento têm sido empregadas para enriquecer semanticamente os dados e metadados em ambientes de tomada de decisões durante o processo ETL. Neste trabalho, utiliza-se o termo enriquecimento semântico cujo embasamento provém da abordagem descrita em (Mansmann et al., 2014). Os autores introduziram uma camada de enriquecimento de dados responsável por detectar novos elementos estruturais nos dados usando a mineração de dados e outras técnicas. No caso, o processo de ETL foi integrado com técnicas de mineração de textos, gerando a descoberta de novas dimensões de análise, a partir de dados oriundos do Twitter.

Os autores de (Wagner et al., 2014) armazenam dados de trajetória de pessoas e o objetivo é responder perguntas como qual é a distância média percorrida pelas pessoas que usam o transporte público para visitar pelo menos uma atração cultural. Tendo como finalidade otimizar as consultas, o processo ETL inclui uma etapa de enriquecimento semântico de dados de mobilidade, cujo objetivo é associar informação semântica do domínio de aplicação com os dados da trajetória. Em (Victor; Rex, 2016), utilizam-se textos de notícias de universidades como fonte de dados para alimentar um data warehouse. Neste cenário, os algoritmos de mineração de dados são integrados às consultas OLAP que, ao final, realizam *ranking* de sites.

Em relação à visualização de dados, para projetar uma visualização eficaz, designers e pesquisadores devem entender melhor o contexto de dados para informar o projeto de visualização (Lee et al., 2020). É difícil construir visualizações apropriadas, procedimento que envolve traduzir consultas em dados e escolher mapeamentos visuais. Três assuntos de pesquisas recentes, expostos no survey apresentado por (Lee et al., 2020), parecem ser relevantes para o contexto da pesca artesanal; eles são a visualização de dados para dispositivos móveis, a visualização de dados inclusiva e a interação multimodal para a visualização de dados. Em um levantamento de requisitos inicial, foi identificado que os(as) pescadores(as) usam majoritariamente dispositivos móveis para acesso à internet e a melhor maneira de se comunicar via interface de aplicação é usando elementos visuais e cores, pois muitos têm dificuldades com leitura. Essas dificuldades fazem com que os tópicos mencionados sejam bons candidatos de estudo para o projeto.

Adicionalmente, a recomendação de visualização pode ser de grande auxílio para a nossa proposta. Os autores de (Qin et al., 2020) apresentam um estudo do estado da arte em visualização de dados, em particular,

eles descrevem abordagens para sistemas de visualização baseados em recomendações com especificações. Essas abordagens tratam o processo de visualização de dados como um processo iterativo e interativo, e o principal ponto é que os usuários precisam ser envolvidos para fazer especificação de elementos para visualização desejada, com o propósito de fornecer soluções de recomendação que facilitem a vida dos usuários, recomendando (possivelmente) boas visualizações para eles.

O trabalho descrito em (Rautenhaus et al., 2018) apresenta um estudo sobre a história e o estado atual da arte da visualização em meteorologia, com foco na visualização, técnicas e ferramentas usadas para análise de dados meteorológicos. Além de ser um estudo aplicado, os autores explicam sobre o tratamento dos dados, cuja característica principal é a diversidade de fontes e sua heterogeneidade. Um aspecto a ser estudado no contexto da pesca artesanal é as características dos dados, pois os dados são provenientes das mais diversas fontes em diferentes tipos de dados e formatos. No caso dos dados relacionados à comercialização de pescados, foram encontradas diversas fontes, desde arquivos PDF até dados expostos em páginas web em HTML.

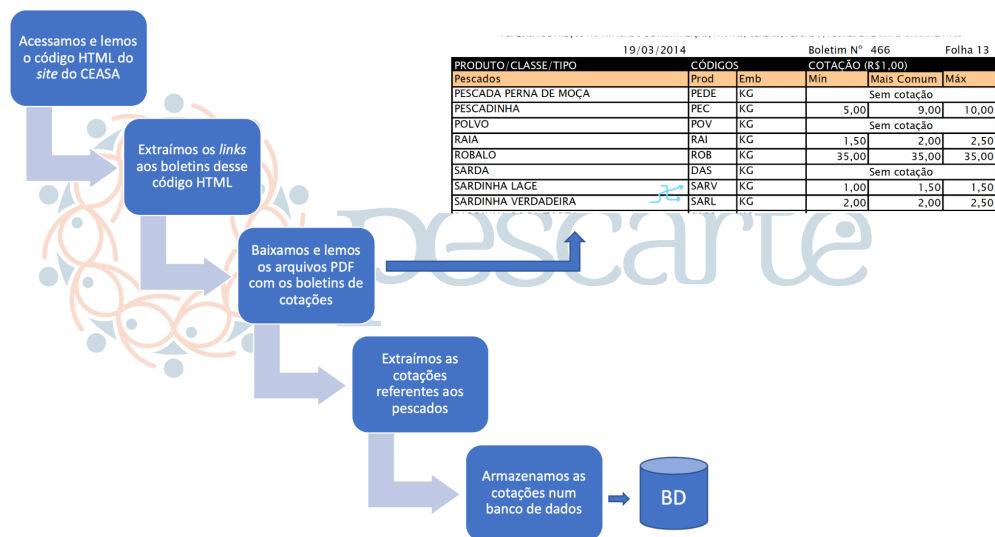
AMBIENTE COMPUTACIONAL DA PROPOSTA

Procurando contribuir com os ODS 1 e 8, este trabalho foi desenvolvido com a colaboração de pesquisadores do PEA Pescarte nas linhas de pesquisa de “Cadeias Produtivas do Pescado na Bacia de Campos: propostas e alternativas a partir do PEA Pescarte” e “Insegurança Alimentar e cadeia de Agregação de Valor na Pesca Artesanal”. Essa colaboração nos permitiu entender o cenário e realizar o processo de pesquisa para construir o software de acordo com as necessidades levantadas. De maneira geral, precisava-se de um instrumento de consulta a cotações de pescados extraídas de fontes da web, pertencentes a empresas dos governos ou privadas, que publicassem cotações das vendas em atacado (CEASA) ou varejo (supermercados, peixarias, hortifruti, dentre outros). A consulta a essas cotações devem ser feitas em um aplicativo web que permita buscar por pescado, período e fonte de dados, pois desta forma podemos ver as cotações de um determinado pescado por sazonalidade e regionalização, a partir da região da fonte que está sendo consultada.

Assim, utilizando o conceito de tomada de decisão como base para gerar certa autonomia na comercialização de pescados para os(as) pescadores(as), desenvolvemos uma ferramenta automática para extração de dados de cotações de pescados. Essa ferramenta extrai cotações de pescados publicados em boletins pelo CEASA/RJ, que se apoia na fundamentação de um processo de ETL e segue seus passos para atingir seu objetivo. Utilizando a ferramenta de extração de dados, foram lidos da fonte 2218 boletins de cotações de preços de pescados. As datas capturadas dos boletins abrangem de 16/05/2012, 22/05/2012, 31/05/2012 e 02/07/2012 até 22/10/2021. Ao todo foram extraídos 93.965 cotações sobre 68 tipos de pescados.

A Figura 2 apresenta o fluxo do processo de extração de dados a partir das publicações de cotações no *site* do CEASA/RJ. O fluxo de extração possui cinco passos desde a leitura do código do *site* até o armazenamento dos dados consistentes no repositório de dados (BD). À direita na figura está sendo apresentado um trecho da tabela publicada no boletim de 19/03/2014 em PDF.

Figura 2. Fluxo do processo de extração de dados.



Fonte: Os autores.

O site do CEASA/RJ foi estudado e analisado para conseguir automatizar o processo de extração de dados. A Figura 3 apresenta uma página do *site* do CEASA/RJ com a visualização dos boletins diários. À direita encontra-se o código HTML da mesma página web, a partir do qual conseguimos obter automaticamente os arquivos PDF dos boletins e, posteriormente, as cotações dos pescados do seu conteúdo.

Figura 3. Página do *site* do CEASA/RJ.

Fonte: Os autores.

Quanto ao desenvolvimento computacional da coleta das cotações diárias dos diferentes tipos de peixes, implementamos um *web crawler* e a leitura de arquivos PDF. Para esta implementação, selecionamos a linguagem de programação Python e utilizamos as bibliotecas `requests[1]`⁵, para a coleta de dados do *site* do CEASA e `pdfplumber[2]`⁶, para a leitura e extração dos preços de interesse dos arquivos PDF. Os dados estão

⁵ [requests · PyPI](#) (Acesso: 1 Jun. 2023)
⁶ [pdfplumber · PyPI](#) (Acesso: 1 Jun. 2023)

armazenados em um banco de dados em um servidor do PostgreSQL. O modelo do banco de dados e a evidência da execução e armazenamento dos dados são apresentados nas Figuras 4 e 5, respectivamente.

Figura 4: Código SQL da modelagem de dados - criação das tabelas dos dados sobre as cotações de pescados do CEASA/RJ.

```

DROP TABLE pescados;
CREATE TABLE pescados (
  cod_pescado varchar(4) PRIMARY KEY,
  descricao varchar(100) UNIQUE,
  embalagem varchar(10) CHECK(embalagem in ('KG')) DEFAULT 'KG'
);

CREATE TABLE cotacoes (
  -- dia int,
  -- mes int,
  -- ano int,
  data date,
  link varchar(1000),
  PRIMARY KEY (data)
);

CREATE TABLE cotacoes_pescados (
  cod_pescado varchar(4) references pescados(cod_pescado),
  data date references cotacoes (data),
  minimo numeric DEFAULT null,
  mais_comum numeric DEFAULT null,
  maximo numeric DEFAULT null,
  PRIMARY KEY(data, cod_pescado)
);
    
```

Fonte: Os autores.

Figura 5: Evidência da coleta de dados sobre as cotações de pescados do CEASA/RJ armazenados em um servidor de bancos de dados do PostgreSQL.

The screenshot shows the PostgreSQL interface. On the left is a tree view of the database structure, including schemas like 'public' and tables like 'cotacoes_pescados'. The main area is the 'Query Editor' with the query: `1 select * from cotacoes_pescados`. Below the editor is a 'Data Output' tab showing a table with 12 rows of data. The columns are: `cod_pescado` (PK), `data` (PK), `minimo`, `mais_comum`, and `maximo`.

	cod_pescado [PK]	data [PK]	minimo	mais_comum	maximo
1	ATU	2012-07-23	10.00	12.00	14.00
2	ANC	2012-07-23	6.50	7.00	8.50
3	BAG	2012-07-23	2.00	2.50	3.00
4	BTA	2012-07-23	12.00	14.00	16.00
5	CCA	2012-07-23	10.00	12.00	15.00
6	CMRA	2012-07-23	8.00	8.50	9.00
7	CMRC	2012-07-23	10.00	14.00	18.00
8	CMRR	2012-07-23	6.00	7.00	7.50
9	CMR1	2012-07-23	25.00	35.00	35.00
10	CSN	2012-07-23	1.50	1.75	2.00
11	CVA	2012-07-23	9.00	10.00	11.00
12	CVQ	2012-07-23	20.00	20.00	20.00

Fonte: Os autores.

APLICATIVO DE VISUALIZAÇÃO DAS COTAÇÕES DE PESCADOS

O aplicativo de visualização de cotações de pescados é um *website* que permite consultar as cotações de pescados de diferentes fontes de publicação. Atualmente, a fonte disponível é a dos boletins do CEASA. Porém, na medida que novas fontes forem incorporadas via ferramenta de extração, as mesmas serão disponibilizadas para consulta dentro do aplicativo, o que permitirá o cruzamento de dados entre fontes distintas.

Figura 6: Interface (front-end) do sistema web para busca por cotações de pescados em diversas fontes e com filtros tipo período (Passos 1 e 2).



Fonte: Os autores.

Na Figura 6, vemos a Interface (*front-end*) do sistema web para busca por cotações de pescados em diversas fontes, com diversos filtros como período das cotações, tipos de pescados (vide Figura 7), faixas de preços mínimo, preço máximo e preço mais comum, além da fonte de extração dos dados.

- Fontes das cotações: existem alguns *sites* da internet que publicam cotações de pescados. A fonte de dados é de onde essas cotações foram extraídas. No aplicativo, está prevista a consulta a várias fontes de dados para fazer cruzamentos nas análises, porém, hoje a única fonte armazenada é a do *site* de CEASA/RJ, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento Rio de Janeiro⁷.
- O período de consulta (de... até): relacionada à sazonalidade da venda de pescados, os períodos incluem temporadas de praia baixa e alta, páscoa, natal, dentre outros. Também pode ser períodos específicos de datas;
- Faixa de valores de cotações: podem ser classificados como valor mínimo de venda de um pescado, valor máximo de venda por pescado e valor comum da venda por pescado. Com este filtro podemos especificar um intervalo de preço, cujo valor mínimo corresponde ao valor mínimo de venda e o valor máximo da faixa é o valor máximo de venda, visualizado na Figura 8.
- Pescados: quais tipos de pescados podem ser consultados. Atualmente, temos 68 tipos de pescados com cotações disponíveis no nosso banco de dados, vide Figura 7 passo 4.

⁷ http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa_portal/. Acesso: 10 Abril 2022.

Figura 7: Interface (front-end) do sistema web para busca por cotações de pescados com diversos filtros como pescados e faixas de preços (Passos 3 e 4).



Fonte: Os autores.

Uma vez elaborada a consulta, as informações podem ser recuperadas de duas maneiras, vide Figura 8: (1) exportando como arquivo CSV ou visualizadas na forma de tabelas e gráficos. O arquivo CSV é uma função especialmente oferecida aos pesquisadores, pois possibilita a geração de dados para faixas de datas maiores (como períodos de um ano ou mais) para suas análises. A tabela, na Figura 8, mostra os resultados das cotações para os pescados consultados, que contém os preços mínimo, máximo e mais comum, conforme as fontes de dados e o período selecionados. Já, o gráfico, na mesma Figura, ilustra o histórico das cotações no período selecionado para um determinado pescado escolhido a partir da tabela.

Figura 8: Interface (front-end) do sistema web para busca por cotações de pescados com visualização dos resultados após aplicação dos filtros.



Fonte: Os autores.

O IMPACTO POTENCIAL DO APLICATIVO PARA OS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS

A cadeia de valor da pesca estende-se desde a captura até o processamento e comercialização (FAO, 2020). Como exposto na Seção "O CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL", a comercialização dos pescados envolve agentes como os atravessadores que acabam influenciando o preço do pescado. Segundo (Campos, 2021), os resultados das suas pesquisas evidenciaram um número elevado de pescadores(as) artesanais em relação a um número reduzido de atravessadores, que domina o mercado da pesca artesanal no município de Campos dos Goytacazes. Segundo os autores,

[...] a produção tem origem dispersa, em um contexto de baixa organização social e falta de confiança entre os pescadores, o que dificulta ações conjuntas em busca de novos canais de comercialização da pesca artesanal. (Campos, 2021, p. 205)

O propósito do nosso aplicativo é colocar à disposição de todos(as) os(as) pescadores(as) artesanais um instrumento de consulta que contribua com a transparência da informação e ofereça para eles(as) alguma capacidade de negociação nos canais de comercialização em relação ao valor do pescado sendo vendido. Dado

que o aplicativo permite a consulta de cotações filtrando por pescada, período e fonte de dados, uma pessoa poderia consultar, por exemplo, o preço da pescada amarela na região de Rio de Janeiro (usando a fonte de cotações do CEASA/RJ) no período de Páscoa. A regionalização é um critério importante a se considerar se queremos abranger todas as regiões de pesca artesanal do território nacional. A regionalização impõe a observação das cotações de diferentes perspectivas de região. Esta característica é refletida no aplicativo na consideração das fontes de dados, que facilita a busca em relação à localidade que a pessoa quer consultar. Já a sazonalidade permite a consulta por períodos de vendas de alta e baixa temporadas, como exemplo, podemos afirmar que uma venda de grande porte está relacionada ao consumo de peixe no período da Páscoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aplicativo está disponível em <http://cotacoes.pescarte.uenf.br> e tem o intuito de contribuir com o projeto PEA-Pescarte e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A extração de cotações de pescados da fonte CEASA/RJ foi executada com sucesso. Apesar de terem sido detectados erros de publicação no site, 97,4% dos boletins foram lidos e suas cotações sobre pescados, quando publicadas (89%), foram inseridas no nosso banco de dados com sucesso. Dentre os erros podemos citar *links* corrompidos ou inválidos, e arquivos de boletim repetidos em datas incorretas. Como resultados deste trabalho, podemos mencionar:

- foram coletadas e armazenadas cotações dos 68 tipos de pescados publicados pelo CEASA/RJ;
- as datas capturadas dos boletins abrangem de 16/05/2012, 22/05/2012, 31/05/2012 e 02/07/2012 até 22/10/2021;
- foram coletadas 93.965 cotações de pescados;
- número de boletins com cotações (ou pelo menos uma cotação): 1970.

A interface de visualização das cotações de pescados está ainda em desenvolvimento. A contribuição do sistema é permitir a consulta e visualização de informações sobre as cotações dos pescados especificadas pelos usuários, utilizando os filtros de acordo com a conveniência. Espera-se que a mesma possa constituir uma ferramenta de autonomia para a comunidade pesqueira e ajude no dia-a-dia dos(as) pescadores(as) na busca por melhores preços ao trabalho realizado.

Como trabalho futuro estão sendo estudadas outras fontes de cotações de pescados de atacado e de alguns supermercados do Rio de Janeiro e São Paulo para que seus dados sejam incorporados ao repositório de dados. Também, iremos disponibilizar filtros de atalho que ajudem na recuperação das consultas mais frequentes pelos(as) usuários(as) pescadores(as). A validação da ferramenta por um conjunto de pesquisadores(as) e pescadores(as) dentre as comunidades participantes do projeto PEA-Pescarte está sendo planejada. Esta validação é importante pois vai permitir atender as expectativas dos usuários da pesca, de maneira a diminuir a lacuna entre os(as) pescadores(as) e o aplicativo, e assim, conseguir a utilização ampla do aplicativo pelos seus principais usuários.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzindo pelo IBAMA. Agradecemos também ao pesquisador Victor Cunha que nos abordou com seu problema de pesquisa em que as cotações eram elencadas de maneira manual e nos auxiliou durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Por último, agradecemos os estudantes Daniele Santiago, Felipe Kogus, Rafael Oliveira Miranda e Renato Candido Kurosaki do curso de Ciência da Computação da UFSCar-Sorocaba porque sem o esforço deles no desenvolvimento do aplicativo (em troca de horas de extensão) não teria acontecido este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES DA SILVA, Maria Eugênia Porto; CASTRO, Paula Maria Gênova de; MARUYAMA, Lidia Sumile; PAIVA, Patricia de. Fishery survey and socio-economic profile of professional artisanal fishermen in Billings reservoir. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 4, p. 531-543, 2018. Disponível em: [Fishery survey and socio-economic profile of professional artisanal fishermen in Billings reservoir | Boletim do Instituto de Pesca](#). Acesso em: 5 maio 2023.

CAMPOS, Mauro Macedo; ALMEIDA, Lohana Chagas de; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 24, n. 1, ago. 2021. Eletrônica ISSN: 2179-7536. Disponível em: [Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança | Campos | Novos Cadernos NAEA](#). Acesso em: 4 maio 2023. DOI:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v24i1.8522>.

DIEGUES, Antônio Carlos SantAna. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983, p. 292. Disponível em: [pescadores, - camponeses e](#). Acesso em: 22 jun. 2022.

DORES, Gabriel Henrique Silva; FINKLER, Mateus; FIGUEIREDO, Julhana Pereira; LONGARAY, Andrine Silva; VERLY, Jéssica Fischer; WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra; TRENTIN, Gracieli; NEUTZLING, Erica Coelho de Souza; UMPIERRE, Marcia Borges. Vulnerabilidade dos (as) pescadores (as) artesanais na etapa da comercialização do pescado: algumas reflexões sobre a atividade pesqueira de Arraial do Cabo/RJ. In: MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA MPU, 2018. **Anais da 17ª Mostra Da Produção Universitária**, Rio Grande/RS: Universidade Federal Do Rio Grande - FURG, 2018, p. 1-3. Disponível em: [Vulnerabilidade dos \(as\) pescadores \(as\) artesanais na etapa da comercialização do pescado: algumas reflexões sobre a atividade pesqueira de Arraial do Cabo/RJ](#). Acesso em: 25 jul. 2022.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations - FAO. **Part 1: World Review. The state of world fisheries and aquaculture 2020: sustainability in action**. Disponível em: The State of World Fisheries and Aquaculture 2020. Acesso em 5 maio 2023.

JABLONSKI, Silvio; AZEVEDO, Alexandre de Freitas; MOREIRA, Luiz Henrique Arantes. Fisheries and Conflicts in Guanabara Bay, **Brazilian archives of Biology and Technology**, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 1, pp. 79-91, January 2006. Disponível em: [Fisheries and Conflicts in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil](#). Acesso em: 24 de julho de 2022.

JENSEN, Christian S.; PEDERSEN, Torben Bach; THOMSEN, Christian. **Multidimensional Databases and Data Warehousing**. Editora: Morgan & Claypool Publishers, 2010, p.112.

KIMBALL, Ralph.; ROSS, Margy. **The Data Warehouse Toolkit: The Complete Guide to Dimensional Modeling**. New York, Second Edition, Wiley Computer Publishing, 2002. 464 p.

LEE, Bongshin; CHOE, Eun Kyoung; ISENBERG, Petra; MARRIOTT, Kim; STASKO, John. Reaching Broader Audiences with Data Visualization. **IEEE Computer Graphics and Applications**, v. 40, n. 2, p. 82-90, March-April 2020, <https://doi.org/10.1109/MCG.2020.2968244>. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9023497/authors#authors>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MANSMANN, Svetlana; REHMAN Nafees Ur; WEILER Andreas; SCHOLL, Marc H. Discovering OLAP dimensions in semi-structured data. **Information Systems**, v. 44, p. 120–133, agosto 2014. <https://doi.org/10.1016/j.is.2013.09.002>. Disponível em: [Discovering OLAP dimensions in semi-structured data - ScienceDirect](#). Acesso em: 25 jul. 2022.

PINHO, Leandro Garcia; MOREIRA, Eduardo. A “verdade das pedras”: vivências na pesca artesanal a partir de um grupo de pescadores na localidade de Gargaú (RJ) | **TESSITURAS** v.11 n.1 JAN-JUN 2023. Pelotas. RS.

QIN, Xuedi; LUO, Yuyu; TANG, Nan; LI, Guoliang. Making data visualization more efficient and effective: a survey. **VLDB Journal**, v. 29, n. 1, p. 93-117, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00778-019-00588-3>. Acesso em 22 jul. 2022.

RAUTENHAUS, Marc; BOTTINGER, Michael; SIEMEN, Stephan; HOFFMAN, Robert; KIRBY, Robert M.; MIRZARGAR, Mahsa; ROBER, Niklas; WESTERMANN, Rudiger. Visualization in Meteorology-A Survey of Techniques and Tools for Data Analysis Tasks. **IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics**, v. 24, n. 12, p. 3268-3296, dec. 2018. Disponível em: [10.1109/TVCG.2017.2779501](https://doi.org/10.1109/TVCG.2017.2779501). Acesso em 22 jul. 2022.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Pescarte : arte e vida, trabalho e poesia**. 1ª Edição, Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. 141 p. Disponível em: [Livro 4 \(eBook\).pdf](#). Acesso em 30 jul. 2022.

VERTIGO Tecnologia. O que é Plataforma Digital e quais suas funcionalidades? **Blog Digital da Vertigo Tecnologia**. 2018. Disponível em: [O que é Plataforma Digital e quais suas funcionalidades?](#). Acesso em: 20 março 2021.

VICTOR, S.P.; REX, M. Xavier. Analytical implementation of web structure mining using data analysis in educational domain. **International Journal of Applied Engineering Research**, v. 11, n. 4, p. 2552–2556, 2016. <http://www.ripublication.com> Disponível em: [\(PDF\) Analytical Implementation of Web Structure Mining Using Data Analysis in Educational Domain | vaibhav krishna - Academia.edu](#) Acesso em: 22 jul. 2022.

WAGNER, Ricardo; MACEDO, José A. Fernandes de; RAFFAETÀ, Alessandra; RENSO, Chiara; RONCATO, Alessandro; TRASARTI, Roberto. Mob-warehouse: A semantic approach for mobility analysis with a trajectory data warehouse. In: Parsons, J., Chiu, D. (eds) *Advances in Conceptual Modeling*. ER 2013. **Lecture Notes in Computer Science**, vol 8697. Springer, Cham. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-14139-8_15.

Um cenário de incerteza: os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das trabalhadoras domésticas

Recebido em: 11/01/2022
Aceito para publicação: 17/12/2023

Jullya de Faria Pereira¹
Bruna Ferreira Alves²
Caio Correia dos Santos Quina³
Ana Carolina Guerra⁴
DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i2.16089>

RESUMO

Esse trabalho analisa quais impactos o cenário de pandemia, causado pela COVID-19 implicou na vida das trabalhadoras domésticas. Faz-se importante essa pesquisa no intuito de ampliar o conhecimento da sociedade e dar voz à luta dessa classe trabalhadora. Sendo assim, o artigo possui natureza qualitativa e caráter descritivo com enfoque indutivo. Metodologicamente utilizou-se o método bola de neve, e para coleta de dados, o processo de entrevista. Logo, para análise dos dados usou-se da análise de conteúdo e levantou-se duas categorias, que buscou informações sobre a percepção das trabalhadoras a respeito do impacto da pandemia na sua profissão. Assim, foi possível revelar uma condição precária desse grupo de trabalho que se atenuou com a pandemia, a qual impactou na vida das trabalhadoras e seus direitos, revelando a necessidade que o trabalho de muitas continuasse a ser realizado, por ser suas fontes de renda. O que leva a questionar o despreparo de políticas públicas em manter esse grupo, principalmente em momentos de crise, reforçando a luta desta categoria pela sobrevivência em cenário de pandemia.

Palavras-chave: Trabalhadora Doméstica; Impacto da pandemia; Informalidade; Trabalho.

ABSTRACT

A scenario of uncertainty: the impacts of the covid-19 pandemic on the lives of domestic workers

This paper analyzes what impacts the pandemic scenario caused by COVID-19 had on the lives of domestic workers. This research is important in order to broaden society's knowledge and give voice to the struggle of this working class. Thus, the article is qualitative in nature and descriptive with an inductive approach. Methodologically, the snowball method was used, and for data collection, the interview process was used. Then, for data analysis, content analysis was used and two categories were raised, which sought information about the perception of the workers regarding the impact of the pandemic on their profession. Thus, it was possible to reveal a precarious condition of this work group that was attenuated with the pandemic, which impacted the lives of the workers and their rights, revealing the need for many of them to continue their work, as it is their source of income. Which leads to questioning the unpreparedness of public policies to maintain this group, especially in times of crisis, reinforcing the struggle of this category for survival in a pandemic scenario.

Keywords: Domestic Worker; Impact of the pandemic; Informality; Work

RESUMEN

Un escenario de incertidumbre: los impactos de la pandemia de covid-19 en la vida de los trabajadores domésticos

Este documento analiza las repercusiones del escenario pandémico, provocado por el COVID-19, en la vida de los trabajadores domésticos. Esta investigación es importante para ampliar el conocimiento de la sociedad y dar voz a la lucha de esta clase trabajadora. Por lo tanto, el artículo es de naturaleza cualitativa y descriptiva con un enfoque inductivo. Metodológicamente, se utilizó el método de bola de nieve, y para la recopilación de datos se utilizó el proceso de entrevistas. A continuación, para el análisis de los datos se utilizó el análisis de contenido y se plantearon dos categorías, que buscaban información sobre la percepción de los trabajadores respecto al impacto de la pandemia en su profesión. Así, fue posible revelar una condición de precariedad de este grupo de trabajo que se atenuó con la pandemia, que impactó en la vida de los trabajadores y en sus derechos, revelando la necesidad de que el trabajo de muchos continúe realizándose, ya que es su fuente de ingresos. Lo que lleva a cuestionar la falta de preparación de las políticas públicas en el mantenimiento de este colectivo, especialmente en tiempos de crisis, reforzando la lucha de esta categoría por la supervivencia en un escenario pandémico.

Palabras clave: Trabajadora doméstica; Impacto de la pandemia; Informalidad; Trabajo

¹ Possui graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (2021). Atualmente cursa Administração Pública na Universidade Federal de Alfenas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4979-3198>. E-mail: jullyadefariapereira@hotmail.com.

² Graduanda no curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia na Universidade Federal de Alfenas campus Varginha.. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3144-8292>. E-mail: alvesbrunaa01@yahoo.com.

³ Possui graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha (2019). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4522-1929>. E-mail: caioquina@gmail.com.

⁴ Docente Adjunta IV do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Coordenadora Adjunta do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas (ITCP/UNIFAL-MG). Coordenadora de Extensão do ICSA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sociedade, Estado e Gestão Pública. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3114-8203>. E-mail: ana.guerra@unifal-mg.edu.br.

INTRODUÇÃO

No Brasil o trabalho doméstico surge interligado ao período da escravidão, sendo exercido, primordialmente, por crianças e mulheres negras. Essas mulheres realizavam serviços vinculados a limpeza, culinária, cuidado de crianças e outros, sendo considerado um trabalho desonroso e intocável a pessoas brancas. Com isso, esse trabalho começou a ser vinculado a mulheres e, historicamente, até os dias atuais, sendo esse grupo como a maioria no exercício dos ‘cuidados do lar’ (GUEDES; DAROS, 2009). Além disso, nota-se que o trabalho doméstico é em sua significativa maioria composto por mulheres, e grande parte por mulheres negras (IPEA, 2019a).

Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho doméstico possui gênero e raça estabelecidos, além de enfrentar diversos obstáculos ao longo da história, como a precarização, o preconceito e falta de reconhecimento dessa profissão. No Brasil, somente em 2013 com a aprovação da PEC das domésticas que seus direitos foram reconhecidos e garantidos por lei, e em 2015 houve então a regulamentação do trabalho doméstico em relação aos direitos constitucionais dispostos pela PEC (TRINKEL, 2015). Porém, essa classe de trabalho continua enfrentando diversos obstáculos e, isto, é evidenciado com a pandemia do Covid-19 já que, visto como serviço essencial pela sociedade, foi excluída deste grupo a opção de aderir a quarentena. Como também, o desemprego de milhares de trabalhadoras domésticas evidenciou a precarização enfrentada por elas e a falta de fiscalização deste serviço (DOMÉSTICA LEGAL, 2018).

Diante disso, o objetivo do presente artigo é analisar quais impactos o cenário de pandemia proporcionado pela COVID-19 implicou na vida das trabalhadoras domésticas, analisando aspectos como a rotina do seu trabalho, a influência em sua renda, no cuidado da saúde, o perfil (raça, idade, gênero e escolaridade), buscando evidenciar, se as mesmas possuem consciência dos seus direitos trabalhistas, e se estes direitos foram garantidos durante o período de pandemia. Faz-se importante essa pesquisa sobre as trabalhadoras domésticas para fins de ampliar o conhecimento da sociedade e dar voz a essas trabalhadoras.

Para a realização deste estudo de natureza qualitativa, foram coletados dados através de entrevistas semi estruturadas com onze empregadas domésticas através do método bola de neve, que foram analisados por meio da análise de conteúdo.

TRABALHO DOMÉSTICO: PARÂMETRO HISTÓRICO

O trabalho, segundo Weber (1967), atribui sustentação ao capitalismo, onde o trabalho árduo, constante e disciplinado, são vistos como valores do “espírito capitalista”. No conceito marxista, o trabalho pode ser considerado como uma forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades (MARX, 2013). Antunes (2013), mostra que o trabalho antes tido como emancipador do indivíduo, com as muitas ressignificações em seu sentido, passa a provocar o estranhamento do ser social.

Todavia, dentro das mais diversas compreensões, o termo trabalho segundo Barros (2008, p. 53) “deriva do latim vulgar *tripaliare*, que significa “martirizar com o *tripalium*” (instrumento de tortura composto de três paus)”. A partir desta concepção, vemos o trabalho interligado ao sentido de labor e sofrer, que representa o período da escravidão. Para Pinsky (2012), a escravidão vai além de ser denominada um modo de produção ou uma instituição histórica, ela era entendida como um modo de relacionamento entre os seres humanos. Sendo um período marcado pela tortura e violência, que transformou vidas em mercadorias, negando-se assim, qualquer direito básico ao indivíduo, um verdadeiro crime contra a vida.

No Brasil, o período de escravidão foi implantado no início do século XVI, onde índios e africanos eram escravizados pelos portugueses. As mulheres escravas eram postas para realizar serviços como: limpeza, culinária, cuidar das crianças e outros serviços que foram posteriormente denominados como trabalhos domésticos. Além das funções exercidas, sofriam constantemente violências físicas, sexuais e morais exercidas pelos seus senhores (PINSKY, 2012).

O trabalho doméstico, portanto, teve seu início através das mulheres escravas. As principais funções exercidas pelas primeiras trabalhadoras domésticas, eram como amas de leite, jardineiras, mucamas, pajens, costureiras, cozinheiras, também cuidavam dos filhos dos senhores, serviam à mesa, limpavam a casa, transmitiam recados, dentre outros (ALBUQUERQUE, 2012).

Entretanto, durante todo esse período massacrante, negligente e injusto que caracterizava a escravidão, algumas leis foram instauradas posteriormente. Bentemuller (2012) afirma, “o sistema capitalista não

comportava mais o escravismo, era necessário o trabalho assalariado para a formação de um mercado consumidor dos produtos industrializados”, desta maneira:

[...] Leis de caráter abolicionistas foram criadas até a efetiva proibição da escravidão. Lei Visconde Rio Branco, de 1871, conhecida como lei do Ventre Livre; [...] Lei João Alfredo, de 1888, intitulada como Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil (BENTEMULLER, 2012).

Todavia, ainda sim o cenário de exploração e miséria continuou instaurado (ALBUQUERQUE, 2012). Todos os escravos e escravas apesar de obterem a “liberdade”, não possuíam terras e casas para morar. Dessa maneira, muitos homens e mulheres tiveram que permanecer nas casas de seus “senhores”, trocando assim, seus respectivos serviços por alimentação e moradia, por não terem condições e dinheiro para se sustentarem (CHAGAS; DAMASCENO, 2013). Ademais, as mulheres que antes eram denominadas escravas, passaram a ser chamadas de trabalhadoras domésticas.

Ao longo do tempo, o trabalho doméstico continuou se deparando com uma série de desafios a serem combatidos, evidenciados pela precarização do trabalho no Brasil (SANCHES, 2009). Dentre as principais problemáticas que impulsionaram a precarização do trabalho, encontra-se a reforma trabalhista. De acordo com o estudo realizado por Galvão et al (2019, p. 269), “a reforma trabalhista rompe com padrões de negociação consolidados ao longo das últimas décadas, nos quais a norma mais favorável deveria prevalecer”.

Segundo Krein, Oliveira e Filgueiras (2019), são variadas as justificativas pelas quais ocorrem as chamadas “Reformas trabalhistas”, todavia, em alguns casos é explicitamente argumentado e posto como objetivo, a diminuição dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, constantemente tem-se visto predominar o discurso de tornar-se a regulamentação do trabalho “mais flexível”, ao invés, de redução dos direitos. Sendo assim, sobre a Reforma Trabalhista de 2017, “as medidas definidas na Lei 13.467/17 estão centradas em novas modalidades de contratação, em alterações da jornada de trabalho, das formas de remuneração, das condições de trabalho, com o enfraquecimento dos sindicatos e da justiça do trabalho” (GALVÃO et al, 2019, p. 263). Dentro das principais implementações e modificações previstas pela legislação, que possibilitam uma maior precarização do trabalho, é possível destacar alguns temas como:

[...] o banco de horas, a redução dos intervalos intrajornada, a jornada 12x36 e a ultratividade, embora em alguns casos, como o da jornada 12x36, isso se destinasse a categorias específicas. As mulheres estão entre as mais afetadas por essas regras, pois como ainda cabe a elas a responsabilidade pelos cuidados familiares, elas terão mais dificuldade em se ajustar ao aumento do poder da empresa para manejar o tempo de trabalho de acordo com a dinâmica do negócio. (GALVÃO et al, 2019, p. 263)

Assim, estas novas condições implicam a todos os trabalhos, principalmente, o trabalho doméstico, a precarização de direitos, levando muitos a buscarem a informalidade para suprir o que foi perdido. A exemplo disso, segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019b, n.p), no cenário brasileiro atual, a informalidade entre as empregadas domésticas cresceu, assim como a quantidade de diaristas. Apesar das empregadas domésticas conseguirem algumas conquistas ao longo do tempo, “a pesquisa conclui que o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio”. Todavia, apesar da enorme marginalização presente no trabalho doméstico, a categoria foi também demarcada, com o passar dos anos, por conquistas históricas e importantes para a classe trabalhadora.

Dentre as principais conquistas das empregadas domésticas, é possível observar algumas aprovações de legislações importantes. Tais como, o reconhecimento das trabalhadoras como categoria profissional, a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e podendo assim destacar, como uma das mais recentes, a denominada “PEC das Domésticas” (2013) (PINTO, 2020). Essa, será melhor explicitada na seção a seguir.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 150/2015 (PEC DAS DOMÉSTICAS)

A PEC das domésticas foi uma conquista da categoria para garantia de seus direitos, apesar de não conseguir a superação de preconceitos (SILVA et al, 2017). A Proposta da Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2012 teve como autor o deputado Carlos Bezerra com início do processo em 2010, mas sendo promulgada pelo Congresso Nacional somente em 02 de abril de 2013 (CASTRO, 2013).

A proposta então se transformou na Emenda Constitucional 72/2013, mas representava a aprovação de um texto substitutivo que garantia somente alguns direitos, e não a totalidade de outros, que estavam presentes no texto original (GOMES, 2017). A mesma caracterizava-se como um avanço para a categoria, no intuito de promoção da igualdade de direitos tanto a este grupo como também aos demais trabalhadores (GOMES, 2017).

Posteriormente, tem-se a discussão, em diversas instâncias, do não consenso de que a PEC 72/2013 equiparia os trabalhadores domésticos com os demais trabalhadores, e a necessidade de uma nova redação ao artigo 7º da Constituição Federal para a promoção dessa igualdade (GOMES, 2017). Desta forma a nova redação assegurava:

[...] aos trabalhadores domésticos 25 direitos: salário mínimo; irredutibilidade do salário; salário nunca inferior ao mínimo, no caso de remuneração variável; 13º salário; proteção do salário; controle da jornada de trabalho; repouso semanal remunerado; remuneração das horas extras; férias anuais; licença-gestante; licença-paternidade; aviso prévio; redução dos riscos; aposentadoria; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; proibição de diferença discriminatória de salários; proibição de discriminação ao trabalhador com deficiência; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos [com o advento da Lei Complementar nº 150/2015 passou a ser vedada a contratação de menor de 18 anos para trabalho doméstico]. (GOMES, 2017, p. 249).

Com a nova redação do artigo 7º da Constituição, outro marco, posterior, demonstra a busca da regulação do trabalho doméstico. O advento da Lei Complementar 150/2015, estabeleceu aos trabalhadores domésticos outros direitos que eram pendentes até então como o FGTS, adicional noturno, controle de ponto obrigatório, banco de horas, adicional de viagem como é apontado por Silva, Loreto e Bifano (2017 apud AVELINO, 2015, p. 432):

[...] as empregadas domésticas passaram a ter os seguintes direitos: Adicional noturno; Adicional de viagem; Controle obrigatório de ponto do empregado; Utilização do banco de horas; Redução da alíquota do INSS do empregador de 12% para 8%; FGTS; Seguro Acidente de Trabalho; Antecipação da Multa de 40% do FGTS; Seguro Desemprego; Salário Família.

Desta maneira, a Emenda Constitucional de 2013 e a Lei Complementar de 2015 asseguraram direitos e responsabilidades ao trabalho doméstico e aqueles que os realizam e necessitam. Assim, estes processos legais além de trazerem um tratamento democrático, segundo Gomes (2017) buscavam consertar um processo histórico mesmo ainda não conseguindo igualar com os trabalhadores regidos pela CLT.

Entretanto, diante das regulamentações estipuladas pela emenda e a lei complementar, mudanças ocorrem no âmbito das trabalhadoras mensalistas, devido a consideração que diversas famílias empregadoras não querem ou não podem arcar com o que foi estabelecido pela legislação (PINTO, 2020). Assim, o número de empregadas domésticas na informalidade aumentou desde a aprovação das legislações. De acordo com dados do IBGE, o número de trabalhadoras domésticas informais aumentou 3% de 2013 a 2019.

Assim, segundo a avaliação de Mário Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal (2020), a lei não é cumprida nas empresas devido à baixa fiscalização do país, logo o trabalho doméstico possui um nível maior de dificuldade, em relação a fiscalização, já que é realizado em ambiente privado. Com todos os benefícios e conquistas da Emenda Constitucional, esta categoria profissional ainda necessita enfrentar diversos empecilhos como os preconceitos enfrentados diante a sociedade, a falta de representatividade por meio de um sindicato e a dificuldade da carteira assinada devido à resistência dos empregadores em aumentar os custos com os trabalhadores domésticos (DOMÉSTICA LEGAL, 2020).

A desvalorização do trabalho doméstico acarreta assim, na baixa remuneração das profissionais, já que, a sociedade subentende que uma empregada doméstica dentro de sua área de trabalho é menos qualificada

que outra profissão pois, já nascem com essa habilidade (FEDERICI, 1974). Ligado a isto, analisaremos no próximo tópico, como a relação de gênero é mais um empecilho na luta dessa classe profissional uma vez que, historicamente, os cuidados com a casa e com os membros da família foram incumbidos a mulher (BRUSCHINI, 2006).

PERFIL DO TRABALHO DOMÉSTICO

Considerando a relação em que o trabalho doméstico remunerado está ligada às mulheres, pelo motivo de já exercerem atividades de “cuidado do lar” ou seja o trabalho doméstico não remunerado (BRUSCHINI, 2006), torna-se necessário olhar os dados sobre a composição de emprego. Os estudos de Brites e Picanço (2014) que ao analisarem os números do emprego doméstico no Brasil, apuraram que no ano de 2011 havia 6,5 milhões de trabalhadores domésticos e cerca de 92,5% destes postos de trabalho eram exercidos por mulheres.

Além disso, observando os estudos mais recentes, as mulheres ainda compõem a maioria destes postos de trabalho. No ano de 2017, a pesquisa de Teixeira e Faria (2018) evidenciou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do ano de 2017, que cerca de 6 milhões de pessoas eram empregadas domésticas. Logo, no ano de 2018, o número cresce para 6,24 milhões de pessoas que atuaram como trabalhadores domésticos (PINTO, 2020), sendo que deste número, 92% eram mulheres atuando neste serviço, segundo o estudo da PNAD Contínua do mesmo ano (IBGE, 2019). Assim, no ano de 2019 cerca de 6,3 milhões de trabalhadores ocupavam este posto e 92,4% deste número eram mulheres (BRASIL, 2019b; IBGE, 2020).

Desta forma, os números evidenciam que o trabalho doméstico remunerado é exercido, em sua expressiva maioria, por mulheres. Mas, existe um outro grupo que também se destaca nesta composição. Olhando para os números dos anos de 2017, 2018 e 2019 o percentual de representação de mulheres negras são, consecutivamente, 66%, 63%, 62% (TEIXEIRA; FARIA, 2018; IBGE, 2019). O que revela que o trabalho doméstico, além de ser exercido, expressivamente, por mulheres, é também na sua maioria, mais da metade, praticado por mulheres negras.

Mas, uma característica que se atrela ao trabalho doméstico e que precisa de destaque, está nas situações em que as trabalhadoras se encontram no trabalho. Segundo os dados divulgados pelo PNAD Contínua (IBGE, 2020), referente ao último trimestre do ano de 2019, o número de domésticas que atuavam na informalidade era em torno de 4,5 milhões de trabalhadoras. Além disso, têm-se a diminuição de trabalhadores domésticos com carteira assinada, que em 2016 representavam 46,1%, em 2017 cerca de 45,4 % e em 2018 cerca de 43,5 % (IBGE, 2019; IBGE, 2020).

Diversas hipóteses acerca da diminuição destes trabalhos levantam o questionamento e a sua possível relação com o crescimento de trabalhadoras em postos informais. Diante da regulamentação ocasionada pela PEC das Domésticas há um impacto significativo na formalização de direitos para mensalistas, entretanto, não há um efeito acerca do salário, mas há um aumento de diaristas, que em 2018 representava cerca de 42,1% (COSTA; BARBOSA; HIRATA, 2016; IBGE, 2019).

Um fator relacionado ao aumento de trabalhadoras domésticas sem carteira está relacionado com o fator renda, pois a renda por hora de uma diarista está acima da renda de uma mensalista (DIEESE, 2015). Além disso, o trabalho de Pinto (2020) apresenta que as famílias empregadores habitualmente demonstram resistência em arcar com os deveres estipulados pela legislação.

Nesse sentido, o perfil do trabalho doméstico, possui um gênero e uma determinada raça predominante, que revela uma identidade de trabalhadora frente a um emprego que sofre com a desvalorização e a invisibilidade (OIT, 2010). Além disso, as mulheres das classes mais baixas compõem a maioria deste meio empregatício (SCHÜTZ, 2019), evidenciando características de uma identidade que busca alcançar, por meio deste trabalho, uma vida justa e digna. Mas a atuação deste grupo na informalidade, conforme os dados apresentados, exibe um trabalho, na sua maioria, inserido em contratos temporários, sem registro na carteira, devido a serem serviços que requerem baixa qualificação (ANTUNES, 2011).

Percebendo a história do trabalho doméstico e a sua conquista, tardia, de direitos que buscam regulamentar e equiparar com os demais trabalhadores, demonstra que ao passar dos tempos o grupo dominante que exerce este tipo de trabalho se encontra em condições informais. Desta maneira, percebendo

estas condições e seu perfil, a seguir, evidenciaremos o contexto provocado pela pandemia e as influências a este grupo de trabalhadoras.

CENÁRIO DE PANDEMIA CAUSADO PELA COVID-19

No começo de 2020 um vírus, que ainda não era conhecido cientificamente, preocupava, devido a sua relação com os surgimentos de casos de pneumonia na China. Porém, os casos, com este novo vírus, cresciam em diversas localidades do mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar situação de pandemia (OLIVEIRA; ANDRADE, 2020).

Assim, o maior desafio estava em retardar a disseminação do novo coronavírus para evitar que os sistemas de saúde se sobrecarregassem. Então, como medida de prevenção, foi estabelecido o isolamento social, que contribuiu para a diminuição dos números de infectados.

No Brasil, o período de imunização se iniciou na segunda quinzena de janeiro de 2021 entre os grupos prioritários, sendo profissionais da saúde, pessoas com deficiência ou que residem em asilos com 60 anos de idade ou mais, e a população indígena aldeada (CRISTALDO; BRANDÃO, 2021). Com o aumento de casos, vários estados determinaram como medida de prevenção o funcionamento de apenas serviços essenciais por passarem pela onda roxa.

Portanto, frente a estas circunstâncias, o cenário de pandemia impactou diretamente na vida das empregadas domésticas, uma vez que a profissão já contava com uma enorme falta de fiscalização e outras dificuldades (OLIVEIRA; ANDRADE, 2020).

Diante disso, em 22 de março de 2020, foi publicada a medida provisória 927/20, que visa ser adotada enquanto perpetuar o estado de calamidade. Algumas medidas possíveis a serem adotadas e aplicadas as trabalhadoras domésticas são as férias individuais na qual pode ser antecipadas em no mínimo 48 horas, ao banco de horas que o empregador pode interromper o serviço prestado pela empregada doméstica e esta deve compensar as horas interrompidas no prazo de até 18 meses e podendo trabalhar 2 horas a mais sem ultrapassar 10 horas diárias, no fundo de garantia houve uma flexibilização para os empregadores que suspende a obrigatoriedade deste recolhimento e já a jornada de trabalho e o salário podem ser reduzidos proporcionalmente, por fim, a suspensão do contrato de trabalho (PÓLVORA, 2020). A trabalhadora doméstica receberá benefícios enquanto estiver submetida a essas medidas, mas esta não pode ter vínculo trabalhista externo mesmo de forma parcial.

Apesar das medidas que visam assegurar os direitos das trabalhadoras, estas são submetidas a precarização por medo de ficarem sem seus empregos, bem como expostas ao risco de contágio uma vez que alguns estados declaram serviço doméstico como atividade essencial. Segundo a pesquisa do Instituto Locomotiva, 39% dos empregadores de diaristas cancelaram seus serviços, conseqüentemente, seu salário, desde o começo da pandemia. Por outro lado, em abril, 39% dos patrões de mensalistas afirmam que elas continuam trabalhando normalmente, o que agrava os níveis de contágio (VIEIRA, 2020). Desta maneira, para entender e compreender a realidade do grupo e o impacto diante da pandemia, a seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos para a pesquisa.

METODOLOGIA

O presente artigo é de natureza qualitativa, que apresenta o caráter descritivo, enfoque indutivo, onde têm-se o pesquisador como instrumento fundamental e o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial, que permite que os pesquisadores explorem e desenvolvam obras com novos métodos (GODOY, 1995).

Desta maneira, recorreu-se ao método bola de neve sendo “uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa (VINUTO, 2014, p. 203). Para a realização, é necessário encontrar pessoas pertencentes à população-alvo do estudo. O método pressupõe que, indivíduos pertencentes à uma população conseguem identificar outros membros da mesma.

Desta forma, para coleta de dados, utilizou-se de entrevistas, o qual permite obter informações sobre o objetivo da pesquisa, podendo identificar atitudes, sentimentos e comportamentos, indo além das descrições das ações a fim de atingir um melhor resultado através dos entrevistados (RIBEIRO, 2008). Assim, existem

diferentes tipos de entrevistas como a semi-estruturada, utilizada neste estudo, a qual Trivínos (1987) caracteriza-a como de questionamentos básicos, orientados em teorias prévias que interessam à pesquisa, oferecendo diversos campos para questionamentos.

Deste modo, este tipo de entrevista colabora com a investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos (BONI, QUARESMA, 2005, p. 75). Isto é evidenciado nas entrevistas realizadas com onze trabalhadoras domésticas na qual foi possível absorver informações sobre os impactos recorrentes em seus cotidianos frente à pandemia.

Diante disso, para a análise dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo, que se caracteriza como um conjunto de processos técnicos de análise das comunicações com o intuito de atingir indicadores, por meio de recursos ordenados e metas de descrição do conteúdo, que possibilite a dedução de assuntos relativos de condições de recepção e produção (BARDIN, 2001).

Assim, trata-se de compreender o que está implícito no material (CAPPELLE, MELO, GONÇALVES, 2011). Logo essa metodologia objetiva gerar grupos de categorias, em elementos chaves, classificando todo tipo de conteúdo e suas características em grupos para análise. Desta forma, as categorias de análise serão apriorísticas, sendo categorias já pré-estabelecidas no intuito de a pesquisa haver um interesse sobre as mesmas (CAMPOS, 2004). Para esse trabalho, as categorias foram assim definidas:

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
Perfil das trabalhadoras domésticas	Busca informações a respeito de suas condições enquanto trabalhadora e provedora do sustento familiar, bem como escolaridade, sexo, raça e faixa etária.
Trabalho Doméstico e seus direitos em cenário de Pandemia	Trata sobre a percepção das trabalhadoras a respeito do impacto da pandemia na sua profissão, analisando aspectos como a rotina do seu trabalho, a influência em sua renda, no cuidado da saúde e na garantia de seus direitos.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do referencial teórico deste trabalho.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas na qual as trabalhadoras indicaram outras para participarem das entrevistas. Logo, através da leitura flutuante das entrevistas, foi possível selecionar trechos analisados e agrupá-los de acordo com as categorias, visualizando características importantes para a investigação (CAMPOS, 2004), para isso usou-se uma análise prescritiva dos dados. Tais resultados serão evidenciados na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: PERFIL DAS TRABALHADORAS ENTREVISTADAS

Esta seção apresenta os resultados referentes ao perfil das trabalhadoras entrevistadas, seu trabalho em contexto de pandemia e a percepção acerca dos seus direitos trabalhistas. Por motivo de confidência das identidades das trabalhadoras domésticas, foram utilizados nomes fictícios, conforme apresentado abaixo:

Quadro 1 – Nomes [fictícios] das trabalhadoras domésticas entrevistadas.

Entrevistada	Nome
Entrevistada 1	Rosana
Entrevistada 2	Lúcia
Entrevistada 3	Eliane
Entrevistada 4	Elisa
Entrevistada 5	Maria
Entrevistada 6	Eunice
Entrevistada 7	Cida
Entrevistada 8	Gislene
Entrevistada 9	Leia
Entrevistada 10	Marilene
Entrevistada 11	Joana

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere à escolaridade, 63,6% das entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto, 9% possuem ensino fundamental completo e 27,2% possuem ensino médio completo. Já em relação a idade, e, há uma variação de faixa etária entre 32 anos aos 60 anos, sendo sua maioria entre os 50 a 60 anos. Tais dados se aproximam com os dados apresentado pelo IPEA (2019a) que demonstram que a maioria das trabalhadoras domésticas possuem baixa escolaridade, além de comporem a faixa etária dos 30 aos 60 anos.

Arelado a isso, conforme já discutido neste trabalho, 100% das entrevistadas são mulheres, sendo 9% solteiras, 81,8% casadas e 9% viúvas, aproximadamente. Além disso, essas trabalhadoras, em sua maioria, dividem as despesas com outras pessoas. Sendo que 30% tem a ajuda dos maridos, 50% tem ajuda do marido e dos filhos, e 20% possuem ajuda de outros. Assim, é perceptível o baixo salário e retorno financeiro do trabalho doméstico.(AMARAL, 2002).

Acentuando o perfil, estudos apontam que as trabalhadoras são afrodescendentes e com baixa escolaridade (WENTZEL, 2018). Visto que 63,6% das entrevistadas se autodeclararam parda, 27,3% branca e 9,1% pretas. De acordo com Pinto (2006, p.1), as mulheres negras, “quando analisamos as taxas de rendimentos por cor e sexo, estas ficam abaixo de todos os outros grupos, até mesmo dos homens negros”, demonstrando além do racismo estrutural existente, a precarização vivenciada pelas mesmas e a desigualdade de gênero presente na realidade das mulheres da categoria. Em relação ao tempo em que trabalham como empregada doméstica, a média geral foi de 20 anos e afirmam terem iniciado os trabalhos ainda jovens.

Das entrevistadas 81,8% afirmaram não ter carteira assinada e 18,2% possuem. Apesar de grande parte não possuir carteira assinada, a maioria das trabalhadoras domésticas possuem período regular de segunda a sexta e, algumas também trabalham aos sábados, o que reforça a informalidade contida no perfil das trabalhadoras domésticas.

O serviço informal, segundo Amaral (2002), tem um perfil preminantemente feminino, negro, com baixa escolaridade, e em sua maioria jovens com baixos níveis de rendimento. Diante disso, Cida relata que o trabalho doméstico é tido como única opção restante: “Eu trabalhei como vendedora por 6 anos, aí tive o meu segundo filho e tive que sair, aí não consegui voltar e foi aí que comecei a trabalhar como diarista, pois precisava comprar coisas para minha casa e para mim”. Assim, o trabalho doméstico surge como mecanismo

de sobrevivência das trabalhadoras, promovendo a permanência desse perfil social na ocupação de trabalhos informais.

Em seguida, ao serem questionadas se já trabalharam ou trabalham de diarista para complementar a renda, 8 das 11 entrevistadas afirmaram que sim, bem como algumas alegam ser a sua fonte de renda, como relata: “sempre trabalhei como diarista. Carteira assinada sempre tentei, mas depois que veio a minha filha as coisas meias que ficaram apertadas. Ai foi a diarista que meio que se encaixa para mim” (Leia). Outra ainda aponta que além de trabalhar como diarista ela vende bolos para poder complementar a renda.

Por fim, foram questionadas se elas exerciam também atividades de cuidado do lar, logo, todas as entrevistadas alegaram que sim. Portanto, as trabalhadoras domésticas, enquanto mulheres, se deparam com uma dupla jornada de trabalho.

TRABALHO DOMÉSTICO E SEUS DIREITOS EM CENÁRIO DE PANDEMIA

Na segunda categoria, buscou-se identificar a percepção das trabalhadoras a respeito do impacto da pandemia na sua profissão e em seus direitos. Assim, percebe-se que as trabalhadoras sofreram significativamente impactos na rotina durante a pandemia devido ao isolamento social influenciar na redução do número de casas que trabalhavam. Essa situação fica evidente na fala de Eunice:

Antes da pandemia, eu trabalhava a semana inteira. De segunda a sexta. Bom, praticamente de segunda a quinta, porque eu tirei a sexta pra mim. E depois, agora com a pandemia, eu tô trabalhando menos... eu estou trabalhando na segunda e na terça eu estou parada, desempregada, não tenho faxina. E na quarta, e na quinta eu estou trabalhando exercendo o meu trabalho na minha residência. Eu estou lavando e passando a roupa da patroa aqui na minha casa, que são os dois dias, na quarta e na quinta. Partiu da ideia dela, por causa da pandemia, ela não quer que eu esteja lá na casa dela por ele ser idosos e de risco, então não quer que eu esteja lá.

A pandemia causou diversas mudanças para muitos trabalhadores, especialmente as trabalhadoras domésticas (OLIVEIRA E ANDRADE, 2020). Das entrevistadas, aproximadamente 73% tiveram diminuição das casas em que trabalham e/ou tiveram o seu horário reduzido ou até mesmo transferiram serviços para o próprio lar, como é apresentado no trecho anterior. Como também, 54,5% das entrevistadas afirmaram ter redução de serviço e, conseqüentemente, diminuição de sua renda. Portanto, após a flexibilização das medidas de isolamento, a busca de um número maior de casas para trabalhar e compensar o tempo paradas tornou-se uma realidade, como afirma Maria:

Sim, no começo até março era umas 4 casas que eu ia trabalhar, mas depois em abril elas me dispensaram, mas elas combinaram de me pagar a metade do dia para ir me ajudando na pandemia. Ai quando voltei em agosto eu voltei a trabalhar nestas 4 casas, ai uma moça desta casa me indicou para outras duas casas que a moça que limpava não queria mais voltar, ai eu peguei estas duas, e agora são 6 casas que eu vou [...].

Sendo assim, o impacto da pandemia fez com que as trabalhadoras também buscassem o auxílio emergencial como forma de complementar sua renda. Cerca de 54% dessas solicitaram o uso do auxílio emergencial para inteirar e auxiliar a renda das mesmas.

Não apenas o fator renda, mas a saúde mental dessa classe trabalhadora também foi afetada. Segundo Dantas et al (2020), durante a pandemia diversos impactos psicológicos foram desencadeados, impulsionando assim, medo e insegurança na vida dos trabalhadores, o que pode ser observado na realidade das empregadas domésticas, visto que, 72,7% delas responderam que não se sentem seguras para trabalhar durante a pandemia.

Ademais, quando o espaço se remete às casas de profissionais da saúde, apenas três trabalham em residências de profissionais que atuam na linha de frente no combate ao Covid-19 e, afirmam que, apesar da insegurança, o uso de máscaras recorrentemente, álcool em gel e separação dos utensílios utilizados foram exigidos.

Desta maneira, todas as entrevistadas afirmaram que não foram contaminadas em seu local de trabalho e também nunca terem sido infectadas ou mesmo seus empregadores. Contudo, apresentam insegurança em relação ao contágio por pessoas assintomáticas e sobre as medidas tomadas pelo governo, explica Maria

Ah, eu acho assim que eu... eu acho que tem que ter mais, mas eh, como é que fala? As pessoas têm que se conscientizar mais, porque as pessoas estão muito relaxadas, e o Governo também, eu acho que o Governo, o Governo em geral e também o Bolsonaro, ele também tá um pouco relaxado. Tipo assim, é o Bolsonaro num num faz questão que as pessoas usam máscara e eu acho que tem, tem que ter, tem que ter mais prevenção e ah, essas coisas ... eu não acordo, não sei mais do que falar. Eu acho que foi muito relaxado a prevenção deles. Eu acho que eles deveriam incentivar mais outras pessoas, incentivar mais as pessoas a se proteger mais.

Dessa forma, na percepção dela, as práticas de controle a disseminação do vírus adotadas pelo governo provocam ainda mais a insegurança das trabalhadoras, o que gera preocupação em como manter seu sustento mas não ser contaminada ou contaminar pessoas do seu convívio.

Relacionado a isso, muitas trabalhadoras mudaram seu meio de transporte a fim de evitar contato com um grande número de pessoas. Cerca de 25% das entrevistadas utilizam transporte coletivo e outras 29% utilizam e possuem motocicleta. O que nos leva a pensar que arcam com custos de transporte a fim de evitar contato com outras pessoas e, assim, diminuir o risco de contaminação.

Das entrevistas, aproximadamente, 55% tiveram redução dos rendimentos salariais e, ainda, tiveram redução das casas em que trabalhavam na qual seus patrões alegaram terem medo de contaminação ou nem se justificavam, exemplificado na fala da Leia: “Olha para aqueles que no começo não me chamaram alguns falaram que era por conta da pandemia e do medo de infectar, alguns outros, na verdade 2 casas eles simplesmente disseram que não queria por agora e só depois.” Assim, foi necessário buscar outro meio de sustento para suas famílias como relata Marilene:

Quando entrou a pandemia, eu só trabalhei em duas casas, até conseguir o auxílio, e depois fui chamada no restaurante como eu te falei, então tinha reduzido demais o que eu recebia. Logo, depois que começou a abrir normalmente alguns patrões meus me chamaram, e então eu ia em ao todo em 5 casas e ia no restaurante Ai, por conta do final do ano, começaram a surgir umas novas casas, e ai eu tenho ao todo umas 9 casas.

No que se refere à PEC das Domésticas, todas as entrevistadas afirmaram não saberem sobre a mesma, demonstrando pouco conhecimento sobre as leis e direitos que as resguardam enquanto trabalhadoras domésticas. A falta de conhecimento dos trabalhadores com relação aos seus próprios direitos podem acarretar em metas abusivas e de difícil concretização, horas extras não remuneradas, assédio moral por parte de superiores, falta de investimento no funcionário, dentre outras (DOMÉSTICA LEGAL, 2020). Tal contexto, fortalece a predominância de serviços informais e suas condições exploratórias.

Além disso, mesmo em virtude de um cenário pandêmico onde muitas trabalhadoras domésticas ficaram impossibilitadas de trabalhar e tiveram diminuições em suas rendas, 54,5% afirmaram não terem retirado o seu fundo de garantia, 9,1% retiraram e 36,4% não souberam e/ou não responderam. Todavia, a não retirada do fundo de garantia deve levar em consideração a falta de carteira assinada entre 81,8% das entrevistadas o que remete muito a condição de trabalharem como diaristas, reafirmando a maneira como arcam com os custos dos seus direitos, uma vez que sem a carteira de trabalho, os custos de seguridade social, a exemplo, passam para as próprias trabalhadoras, o que reduz seu rendimento.

Diante disso, muitas trabalhadoras sem carteira assinada relatam um problema em sua realidade, a necessidade da mudança e garantia de seus direitos, já que, alegam possuir poucos direitos comparados aos direitos das trabalhadoras de carteira assinada, expresso por Leia:

Eu acho, para ser sincera, é que a gente é muito desvalorizada, o povo acha que nois é empregada para fazer tudo, mas não é não, nós fazemos o que é necessário, limpar, arrumar e tudo sabe, não trocar roupa de filhos dos outros, limpar coco de cachorro, estas coisas e eles que devem fazer, eu fui chamada para limpar a casa, deixar ela novinha sabe. Acho que falta é isso valorização nossa, pois a gente ganha muito pouco se for comparar com o tempo que passamos.

A falta de reconhecimento do valor do serviço dessa classe trabalhadora ou do reconhecimento jurídico é um empecilho para as relações entre patrão e funcionário, o que assiste para uma precarização das condições

de trabalho. Embora seja imprescindível a equiparação de direitos para solucionar algumas dessas questões, há outros empecilhos nessa luta marcados por uma desigualdade estrutural, apresentado na seção 2. Portanto, o reconhecimento jurídico é fundamental para o desenvolvimento da identidade social das trabalhadoras domésticas no Brasil (ARAÚJO, 2015).

CONCLUSÃO

Tal pesquisa buscou analisar quais impactos o cenário pandêmico proporcionado pela COVID-19 implicou na vida das trabalhadoras domésticas. Dessa forma, mediante os resultados obtidos na pesquisa, demonstra que o perfil das trabalhadoras domésticas, se constitui, principalmente, pelo gênero feminino, de cor/raça negra e com baixa escolaridade. Além disso, tal profissão concentra-se como serviço informal, onde as trabalhadoras em sua maioria não possuem carteira assinada e arcam com os custos de seus direitos, uma vez que exercem como categoria de trabalho a forma de diarista.

A categoria informal, especialmente formada pelas trabalhadoras domésticas, diante a pandemia, sofreu impactos negativos, visto que, houve redução na jornada de trabalho em virtude do distanciamento social, o qual impactou consequentemente na renda da trabalhadora e de sua família, fazendo com que estas buscassem outras formas para suprir a sua renda

Todavia, nem todas as trabalhadoras domésticas conseguiram cumprir o isolamento social, já que o trabalho doméstico é sua única forma de sustento. Além disso, por conta das trabalhadoras fazerem parte da categoria informal, mesmo em um cenário pandêmico não tiveram acesso aos fundos de garantia. Entretanto, solicitaram o auxílio emergencial concedido para suas subsistência e sobrevivência. Diante disso, as trabalhadoras se sentiram inseguras e amedrontadas por terem que frequentar a casa de seus empregadores neste contexto.

Por fim, esse contexto ressalta uma precariedade já presente no grupo das trabalhadoras doméstica, uma que vez que o perfil desta categoria se encontra em condições de vulnerabilidade social, enfrentam dificuldades relacionadas às questões de gênero e sofrem preconceitos com o estigma de uma sociedade que ainda perpetua no imaginário social uma ideia de trabalho doméstico vinculado a escravidão que consequentemente impacta nas estruturas da sociedade, diminuindo a importância da luta pelo reconhecimento de seus direitos e do seu trabalho. Isso leva a questionar o despreparo de políticas públicas em manter esse grupo, principalmente em momentos de crise, reforçando, a luta desta categoria pela sobrevivência em cenário de pandemia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cheylla. Origem do trabalho doméstico no Brasil. **Meu Advogado**, 2012. Disponível em: <<https://www.meuadvogado.com.br/entenda/origem-do-trabalho-domestico-no-brasil.html>> Acesso em: 18 de Maio de 2020.

AMARAL, Manoela. **O perfil do trabalhador informal da Região Metropolitana de Salvador: uma leitura dos dados da pesquisa de emprego e desemprego**. Monografia, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405-419, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-28.

ARAÚJO, Marina. Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos. TCC Ciências Sociais - Instituto de ciências sociais, departamento de sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 65. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Alice. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2008, p. 53.

BENTEMULLER, Fernanda. Evolução do trabalho escravo no Brasil. **Âmbito Jurídico**, 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-106/evolucao-do-trabalho-escravo-no-brasil/#_ftn1> Acesso em: 18 de Maio de 2020.

BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, Vol. 2, nº 1(3), Janeiro/Julho, 2005, p. 68 a 80.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2019a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9 Acesso em: 20 de Maio de 2020.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil**, 2019b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRITES, Jurema. PIKANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, n. 31, p.131-158, 2014.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

CAMPOS, Claudinei. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, 2004.

CAPPELLE, Mônica; MELO, Marlene; GONÇALVES, Carlos. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2011.

CASTRO, Gabriel. Congresso promulga PEC das Domésticas. **Veja**, 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/congresso-promulga-pec-das-domesticas/>>. Acesso em 04 de junho de 2020

CHAGAS, Sílvia; DAMACENO, Liliane. Evolução do direito trabalhista do empregado doméstico. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 1, n. 3, p. 63-76, 2013.

COSTA, Joana. BARBOSA, Ana Luisa. HIRATA, Guilherme. Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas. Texto para a discussão / **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CRISTALDO, Heloisa.; BRANDÃO, Marcelo. Vacinação contra covid-19 começa em todo o país. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contra-covid-19-come%C3%A7a-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 19 de março de 2021.

DANTAS, Mara. et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Revista Research**, Society and Development, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O trabalho doméstico em 2015**. Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2016.

DOMÉSTICA LEGAL. PEC das Domésticas: 5 anos de uma conquista. **Doméstica legal**, 2018. Disponível em: <<https://www.domesticalegal.com.br/pec-das-domesticas-5-anos-de-uma-conquista/>>. Acesso em: 06 de junho de 2020

DOMÉSTICA LEGAL. Empregos domésticos são os mais afetados durante a pandemia. **Doméstica Legal**, 2020. Disponível em:<<https://www.domesticalegal.com.br/empregos-domesticos-sao-os-mais-afetados-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

FEDERICI, Silvia. **Wages Against Housework**, ed. Power of Women. Collective and Falling Wall Press, 1975.

GALVÃO, Andréia.; CASTRO, Bárbara.; KREIN, José.; TEIXEIRA, Marilane. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 263-269, 2019.

GUEDES Olegna.; DAROS, Michelli. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n.1, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Daniela Vasconcellos. **A importância da Lei complementar n. 150/2015 para a efetividade da dignidade humana do trabalhador doméstico**, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=destaques>>. Acesso em: 22 de mai. de 2020.

KREIN, José.; OLIVEIRA, Roberto.; FILGUEIRAS, Vitor. As Reformas Trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OIT. Trabalho doméstico no Brasil: rumo ao reconhecimento institucional. **Organização Internacional do Trabalho**, Escritório no Brasil. - Brasília: ILO, 2010.

OLIVEIRA, Pontes. ANDRADE, Silvia. TRABALHO DOMÉSTICO E PANDEMIA. **Revista Científica Faculdade Unimed**, v. 2, n. 1, 2020.

PINSKY, James. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Giselli. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú/MG, 2006.

PINTO, Tatiane. Sobre as ‘empregadas de antigamente’: mudanças e permanências no campo do trabalho doméstico remunerado. **Mosaico**, v. 11, n. 17, p. 205-226, 2020.

PÓLVORA, Flávia. **Trabalho doméstico frente a pandemia do Covid-19**. Migalhas, 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/323954/trabalho-domestico-frente-a-pandemia-do-covid-19>>.

Acesso em: 29 de setembro de 2020.

RIBEIRO, Elisa. A Perspectiva da Entrevista na Investigação Qualitativa. **Evidências**, Araxá, n.4, p. 129-148, 2008.

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, 2009.

SCHÜTZ, Nathália. **Trabalho Doméstico no Brasil**: uma perspectiva social, racial, de gênero e as conquistas jurídicas. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197691>>. Acesso em: 08 de jun. de 2020

SILVA, Christiane.; ARAÚJO, José.; MOREIRA, Maria.; BARROS, Vanessa. O Trabalho de Empregadas Domésticas e seus Impactos na Subjetividade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 454-470, jan. 2017

SILVA, Deide.; LORETO, Maria. BIFANO, Amélia. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017.

TEIXEIRA, Marilane.; FARIA, Nalu. **Empoderamento econômico das mulheres no Brasil - pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018. Disponível em:<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/09/trabalhos_domesticos_cuidados_-_diagramado_final_2.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

TRINKEL, Josiane. PEC das domésticas - Direitos e deveres entre patrões e empregados. **JusBrasil**, 2015. Disponível em: <<https://cpfadogados.jusbrasil.com.br/artigos/262110818/pec-das-domesticas-direitos-e-deveres-entre-patroes-e-empregados>>. Acesso em: 23 de março de 2021

TRIVINÕS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VIEIRA, Sérgio. **Equiparação de direitos faz 5 anos, mas Covid-19 agrava desrespeito às domésticas**. Agência Senado, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/equiparacao-de-direitos-faz-cinco-anos-mas-covid-19-agrava-desrespeito-a-domesticas>>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **BBC Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.
non. **Discourses concerning government**. Indianapolis: Liberty Fund, 1996.

Proteção social e redução de vulnerabilidade: um olhar na redução de desigualdades socioeconômicas em Moçambique

Recebido em: 20/06/2023
Aceito para publicação: 23/08/2023

Heliadora Otília Eugênio Lucas Neuana¹

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i2.18187>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo examinar a relação entre proteção social, redução de vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando entender como políticas e programas sociais contribuem para a diminuição dessas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. Na revisão da literatura realizada, foram identificadas algumas percepções que permitem contribuir para a redução das desigualdades, dos quais se destacam: (1) garantir acesso à educação de qualidade; (2) expandir os serviços de saúde; (3) criar políticas que fortaleçam o setor agrícola; (4) promover o investimento em infraestruturas sociais que permitam a erradicação do trabalho infantil, a promoção de gênero, o empoderamento das mulheres e o respeito aos direitos humanos. A implementação dessas estratégias depende de ações coordenadas entre diferentes esferas da sociedade, nomeadamente o compromisso político e parcerias efetivas.

Palavras-Chave: Proteção Social; Segurança; Vulnerabilidade; Intervenção

ABSTRACT

Social protection and vulnerability reduction: examining the reduction of socioeconomic inequalities in mozambique.

This article aims to examine the relationship between social protection, vulnerability reduction, and socioeconomic inequalities in Mozambique, seeking to understand how social policies and programs contribute to reducing these disparities and promoting a more equitable and inclusive environment. In the literature review conducted, several insights were identified that can contribute to inequality reduction, among which stand out: (1) ensuring access to quality education; (2) expanding healthcare services; (3) creating policies that strengthen the agricultural sector; (4) promoting investment in social infrastructure that allows for the eradication of child labor, gender promotion, women's empowerment, and respect for human rights. The implementation of these strategies relies on coordinated actions among different spheres of society, including political commitment and effective partnerships.

Keywords: Social; Protection; Security; Vulnerability; Intervention.

RESUMEN

Protección social y reducción de vulnerabilidad: una perspectiva sobre la disminución de las desigualdades socioeconómicas en mozambique.

Este artículo tiene como objetivo examinar la relación entre la protección social, la reducción de la vulnerabilidad y las desigualdades socioeconómicas en Mozambique, buscando comprender cómo las políticas y programas sociales contribuyen a reducir estas disparidades y promover un entorno más equitativo e inclusivo. En la revisión de la literatura realizada, se identificaron varias perspectivas que pueden contribuir a la reducción de la desigualdad, entre las que destacan: (1) asegurar el acceso a una educación de calidad; (2) ampliar los servicios de salud; (3) crear políticas que fortalezcan el sector agrícola; (4) promover la inversión en infraestructuras sociales que permitan la erradicación del trabajo infantil, la promoción de género, el empoderamiento de las mujeres y el respeto a los derechos humanos. La implementación de estas estrategias depende de acciones coordinadas entre diferentes esferas de la sociedad, incluyendo el compromiso político y las asociaciones efectivas.

Palabras clave: Protección; Social; Seguridad; Vulnerabilidad; Intervención.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Moçambique (2012). Estagiou no Hospital Psiquiátrico São João de Deus de Nampula, no programa de reinserção social dos doentes recuperados de esquizofrenia. Trabalhou como professora na Escola Primária Completa de Carrupeia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, e atualmente trabalha como assistente social no Instituto Nacional de Ação Social - Delegação de Lichinga (Moçambique). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6070-5457>. E-mail: heliadoralucas88@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O estudo da proteção social e a redução da vulnerabilidade em Moçambique contribuem para uma reflexão abrangente sobre as estratégias necessárias para reduzir as desigualdades socioeconômicas no contexto global. Sendo um país em vias de desenvolvimento, ainda se depara com a maioria de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza (Moçambique, 2019). Essa situação tem despertado maior atenção na comunidade científica, à medida em que as questões relacionadas às desigualdades sociais não se confinam aos limites de um país, mas são questões transversais. Essa transversalidade relacionada às diferentes formas de desigualdades sociais também é observada em países cuja economia encontra-se em franco crescimento. Por isso, o estudo da proteção social desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e no fortalecimento da coesão social, criando uma sociedade mais equitativa e justa.

Segundo a ONU (2021), Moçambique possui mais de metade da população em cenário de vulnerabilidade; estima-se que o número supere os 70%. Mais de 22 milhões de pessoas vivem em situações de dificuldade, sendo que 63% delas vivem abaixo da linha de pobreza. Estes altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, têm sido observados principalmente em áreas rurais e em indivíduos de baixa escolaridade (Salvucci; TARP, 2021)

Há quase 30 anos que Moçambique enfrenta medidas de austeridade regulamentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas medidas de austeridade, baseadas em políticas macroeconômicas, deveriam retirar Moçambique da pobreza e aprimorar seus sistemas de saúde e educação. Os resultados dessas políticas contribuíram para a classificação duradoura de Moçambique como um dos países mais pobres do mundo. Além dos resultados econômicos, Moçambique também possui sistemas de saúde e educação deficientes, apresentando uma das expectativas de vida mais baixas da África Subsaariana. É hora de reavaliar como as atuais políticas macroeconômicas do FMI afetam negativamente a saúde, a educação e o status socioeconômico daqueles que vivem em extrema pobreza. Considerando que as políticas macroeconômicas de curto prazo do Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) têm se mostrado ineficazes na redução da pobreza, na promoção da educação e na melhoria da saúde, o (FMI) deve considerar a adoção de políticas macroeconômicas de longo prazo que invistam em serviços públicos, em vez de restringir setores como saúde e educação (Beste; Pfeiffer, 2016).

Segundo os dados do Banco mundial, Moçambique apresenta grandes níveis de desigualdades que tendem a reduzir o impacto do crescimento econômico. A falta de políticas de crescimento inclusivo tem afetado a expansão da prosperidade partilhada. Estima-se que mais de 2 milhões de moçambicanos teriam saído da pobreza se os ganhos econômicos dos anos 1997-2009 tivessem beneficiado de forma equitativa a toda a população do país (BANCO MUNDIAL, 2016)

As perspectivas econômicas em médio prazo são positivas, prevendo-se que o crescimento acelere para 6% entre 2023 e 2025, impulsionados pela recuperação contínua dos serviços, pelo aumento da produção de gás natural liquefeito (GNL) e pelos elevados preços das matérias-primas. No entanto, continuam a existir riscos de retrocesso. A recuperação global incerta, a guerra na Ucrânia, os baixos níveis de capital humano e a vulnerabilidade do país, os desastres climáticos correm o risco de limitar ainda mais as opções de Moçambique para diversificar suas fontes de crescimento (BANCO MUNDIAL, 2023).

A criação de políticas públicas inter-setoriais mais intervencionistas é necessária para reduzir o efeito das desigualdades socioeconômicas (Tumelero, 2018). No caso de Moçambique, essas políticas são realizadas por meio do estímulo ao investimento em áreas prioritárias, como agricultura, infraestrutura, turismo e indústria. Com essas políticas, o governo busca criar um maior número de empregos, estimular o empreendedorismo e impulsionar o desenvolvimento, principalmente nas regiões rurais onde o acesso aos serviços básicos é um desafio.

Entretanto, apesar dos esforços na criação de políticas que visam reduzir as desigualdades socioeconômicas, Moçambique ainda não definiu um modelo robusto para o fortalecimento de infraestruturas sociais. Por um lado, isso se deve à existência de recursos financeiros limitados para a implementação de políticas públicas, infraestruturas precárias, desvio dos poucos recursos existentes e a implementação isolada das políticas públicas.

Os aspectos relacionados à criação de políticas públicas buscam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, sendo essenciais para o desenvolvimento de um modelo mais abrangente e eficaz na redução das desigualdades socioeconômicas (Souza, 2006).

Por essa razão a presente pesquisa pretende estabelecer uma relação entre proteção social, redução de vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando entender como políticas e programas podem contribuir para a diminuição dessas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. A instrumentalidade da proteção social, bem como, seu arsenal técnico-operativo na redução da desigualdade socioeconômica em Moçambique também foi discutida nesta revisão.

PROTEÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL

A proteção social, política pública de forte calibre humano, apresenta uma característica intrínseca que a diferencia de outras políticas sociais. Seu campo de ação constitui a resposta a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores mais ou menos igualitários da sociedade para com seus cidadãos (Sposati, 2013).

A principal fonte de Proteção Social da população Moçambicana, Rural e urbana, alicerça-se numa economia prosumer, com uma racionalidade de manutenção e reprodução simples. Se bem que precária, à luz de critérios de padrão de vida médio internacional, acaba por ser a opção possível de proteção que sobra; sem dúvida mais efetiva do que os limitados mecanismos formais do Estado, em benefício de uma minoria. A ajuda externa é a fonte mais importante de proteção social (Francisco, 2017, p.255).

A palavra “economia do bazar” não existe, nem faz parte do léxico dos dicionários, sejam eles comuns ou especializados em termos econômicos. É uma palavra inventada especificamente para lidar com a natureza e características dos universos econômicos que constituem a atual economia nacional moçambicana (Alberto, 2009).

A economia do bazar tem sido reconhecida como um fator importante na redução da pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento, nos quais as atividades econômicas formais são limitadas (Wu; Si; Yan, 2022). As economias de bazar servem como a principal fonte de subsistência para indivíduos marginalizados e pobres, e seus ganhos têm um impacto significativo nos meios de subsistência das famílias, contribuindo de certa forma para a redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas (Sharma; Adhikari, 2020). O estudo da economia de bazar tem sido uma tradição de longa data na antropologia e possui o potencial de contribuir para a compreensão da dinâmica da pobreza, além de informar os debates políticos e a identificação das melhores práticas e medidas políticas para aprimorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na pobreza (Geertz, 1978; Williams, 2014).

O aumento da desigualdade é um movimento comum dentre os países desenvolvidos e predominantes entre os em desenvolvimento, afeta o desempenho da economia, aumenta os desafios políticos devido aos ressentimentos sociais e gera instabilidade política (Salvadori Dedecca, 2015). Avanços mais expressivos na redução da desigualdade social dependerão da capacidade de o país estabelecer uma dinâmica sustentada e distributiva do investimento (Salvadori Dedecca, 2015). Por exemplo, em Moçambique definiu-se uma Estratégia Nacional de Segurança Social Básica de 2016-2024 apresentando uma visão inovadora e alargada do papel da segurança social básica, destacando em particular, o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social do país, e ainda realça a contribuição significativa das transferências sociais para o alcance dos objetivos nacionais de redução da pobreza e da desigualdade social (Moçambique, 2016).

Entretanto, a persistência da desigualdade social em várias partes do mundo se deve à orientação da política governamental, caracterizada por taxas de juros altíssimas, sobrevalorização cambial, abertura (comercial e financeira) e privatização mal planejadas (Suplicy, 2000). Tanto a igualdade como a desigualdade são criadas e direcionadas por regras e normas, estas normas e regras que direcionam as ações podem ser concretas ou abstratas.

Na sociedade moderna temos muitas situações onde às normas e regras acabam direcionando suas posições em busca de defender o desenvolvimento do capital e dos interesses da classe que se encontra no

“poder”, perdem seu caráter de impessoalidade. As regras não são construídas de acordo com o interesse de todos e sim de grupos restritos, por isso, a dificuldade da aceitação por todos (Wlodarski, 2011, p.4).

VULNERABILIDADE SOCIAL

A vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas (Janczura, 2012). A vulnerabilidade social tem sido representada, enfim, como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores sociais – sejam eles indivíduos, grupos ou instituições – e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (Abramovay, 2002).

O mundo globalizado, com seus imensos avanços tecnológicos, trouxe como efeito inevitável e esperado, a desigualdade, a pobreza, a falta de perspectivas principalmente para os adolescentes advindos de contextos de vulnerabilidade social (Pereira, 2009).

O olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social. Assim, justiça e equidade na distribuição de riquezas, poder decisório e na estrutura de oportunidades são o horizonte para se romper com a ordem capitalista e buscar uma nova ordem societária, livre de discriminações e subalternizações (Do Carmo; Guizardi, 2018, p.9).

Para solucionar a questão da pobreza, prevalecem às reformas para e pela população a partir das comunidades locais. Fica claro que os problemas são pensados e concretizados localmente sem relação alguma com o que é global, ou seja, com a perspectiva de que a pobreza não é algo vinculado apenas à região, mas tem se estabelecido no mundo todo (Lara, 2016).

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE AOS RISCOS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE.

A Proteção Social é amplamente reconhecida como um conjunto efetivo de intervenções políticas para reduzir a pobreza, a vulnerabilidade a desigualdade e promover o crescimento econômico inclusivo. Na última década, o sistema de Proteção Social Básica de Moçambique consolidou-se com a Estratégia Nacional de Segurança Social 2010-2014. Todavia o setor ainda permanece fragmentado. A Segurança Social Básica é um direito humano e uma ferramenta poderosa no combate à pobreza, desempenhando um grande papel no desenvolvimento social e econômico de um país (UNICEF, 2011)

Atualmente em Moçambique as crianças e mulheres são as principais vítimas dos riscos sociais. É importante destacar que as crianças das zonas rurais enfrentam desafios diferentes dos seus pares das zonas urbanas ou periurbanas constituindo assim um grande desafio por parte do Governo para o pleno cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança por causa da diversidade de Moçambique.

Ainda prevalecem práticas que impedem o pleno gozo dos direitos da criança entre elas a violência, o tráfico, abusos, os casamentos prematuros e tabus ao nível da família e da comunidade (UNICEF, [s.d.]).

Nesse sentido, a potencialidade da assistência social em identificar e atuar em situações de vulnerabilidade e risco social que afetam crianças, adolescentes e suas famílias e promover o acesso a serviços essenciais e às demais políticas públicas setoriais, atendendo as demandas direcionadas em sua integralidade e incidindo na melhoria de sua qualidade de vida, se realiza com o engajamento consciente e o comprometido dos atores que compõem a rede de proteção através da intersetorialidade, corresponsabilidade e interdependência de suas ações (Stechi, 2013).

De acordo com o Decreto nº 47/2018, de 6 de Agosto, do Conselho de Ministros, os Programas de Assistência Social são os seguintes.

(1) Programa Subsídio Social Básico (PSSB): consiste na realização de transferências monetárias regulares mensais por tempo indeterminado, para reforçar o nível de consumo, autonomia e resiliência dos Agregados Familiares (AFs) que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade, bem como a melhoria da nutrição das crianças. (2) Programa Apoio Social Direto (PASD): consiste em transferências sociais pontuais ou prolongadas por tempo determinado, em forma de apoio multiforme para fazer face a choques e situações diversificadas de emergência que afetam indivíduos ou (AFs) em situação de pobreza e vulnerabilidade. (3) Programa de Atendimento em Unidades Sociais (PAUS): consiste em um conjunto de intervenções orientado

para o acolhimento permanente ou temporário a pessoas desamparadas, ou em risco no ambiente familiar ou comunitário. (4) Programa Ação Social Produtiva (PASP): consiste em transferências monetárias mediante a realização de atividades produtivas para (AFs) expostos à insegurança alimentar crônica, agravada pelos choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais e/ou choques econômicos. (5) Programa Serviços de Ação Social (PROSAS): consiste em um conjunto de intervenções junto às famílias e comunidades para promover o reforço da capacidade de proteção contra riscos sociais e de inclusão social das pessoas mais vulneráveis. Este Programa visa prevenir e responder aos riscos de violações de direitos sociais, incluindo, entre outros, a violência doméstica e sexual, uniões prematuras, abusos e abandono, isolamento e discriminação contra a criança, a mulher, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência (Moçambique, 2018).

Dessa forma, é necessário que haja uma plena implementação desses programas para reduzir a vulnerabilidade das pessoas e garantir o acesso aos serviços básicos para o seu crescimento, desde o acesso a saúde, educação, as instituições de estado e garantir os direitos humanos. Atualmente em Moçambique existem vários centros de acolhimento de crianças órfãs, idosos, e ainda há um elevado número de crianças chefes de família. A proteção social desses grupos passa necessariamente por fazer com que estes tenham acesso aos serviços básicos que permitam o seu empoderamento e autonomia financeira. A família é apontada como elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações (Carvalho; Almeida, 2003).

A desigualdade social, chamada de muitas vezes de desigualdade econômica, é um problema social presente em todos os países do mundo, decorrente da má distribuição de renda, e, pela falta de investimento na área social (Arretche, 2018). Essa situação tem causado situações de desigualdades extremas onde os mais ricos têm mais recursos enquanto os outros lutam para a sua sobrevivência (Davitt; Baik, 2019).

Em Moçambique, 48% das crianças vivem na pobreza, tornando-as vulneráveis. Algumas perdem a proteção dos pais devido à pobreza, emergências, violência doméstica, ruptura familiar, práticas prejudiciais/tradições e falta de habilidades familiares (Ayisi, 2017).

É necessário que os programas de proteção social das crianças sejam implementados com maior abrangência, na medida em que as crianças são as principais vítimas das desigualdades sociais. Numa sociedade em que a pobreza é muito elevada as consequências desses problemas muitas vezes recaem para as crianças, mulheres e idosos. Razão pela qual é notório em Moçambique um crescimento de trabalho infantil. Nas sociedades onde o trabalho infantil é considerado como normal, existe uma imagem simplista e ingênua de crianças a trabalhar e não há referência a tipologias que descrevam os vários tipos de atividades que desenvolvem muitas vezes realizadas em circunstâncias adversas e condenáveis por não respeitarem a condição da criança enquanto ser humano em desenvolvimento (Manhice, 2016).

As principais causas do envolvimento de crianças e adolescentes na prática das piores formas de trabalho infantil são econômicas, socioculturais, baixo nível de escolaridade da população, burocrático-legais, políticas e as calamidades naturais (seca e cheia). Também foi constatado que a prostituição infantil, mineração do tipo garimpo, o transporte de carga pesada e o comércio informal eram as principais manifestações das Piores Formas do Trabalho Infantil no país e que as províncias com maior incidência eram Tete, Manica, Província de Maputo e a Cidade de Maputo. Importa referir que 44% das crianças e adolescentes consideraram o comércio informal como áreas de foco de concentração de trabalho infantil e que 14% trabalhavam para ajudar na renda das famílias (Mocambique, 2017)

ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

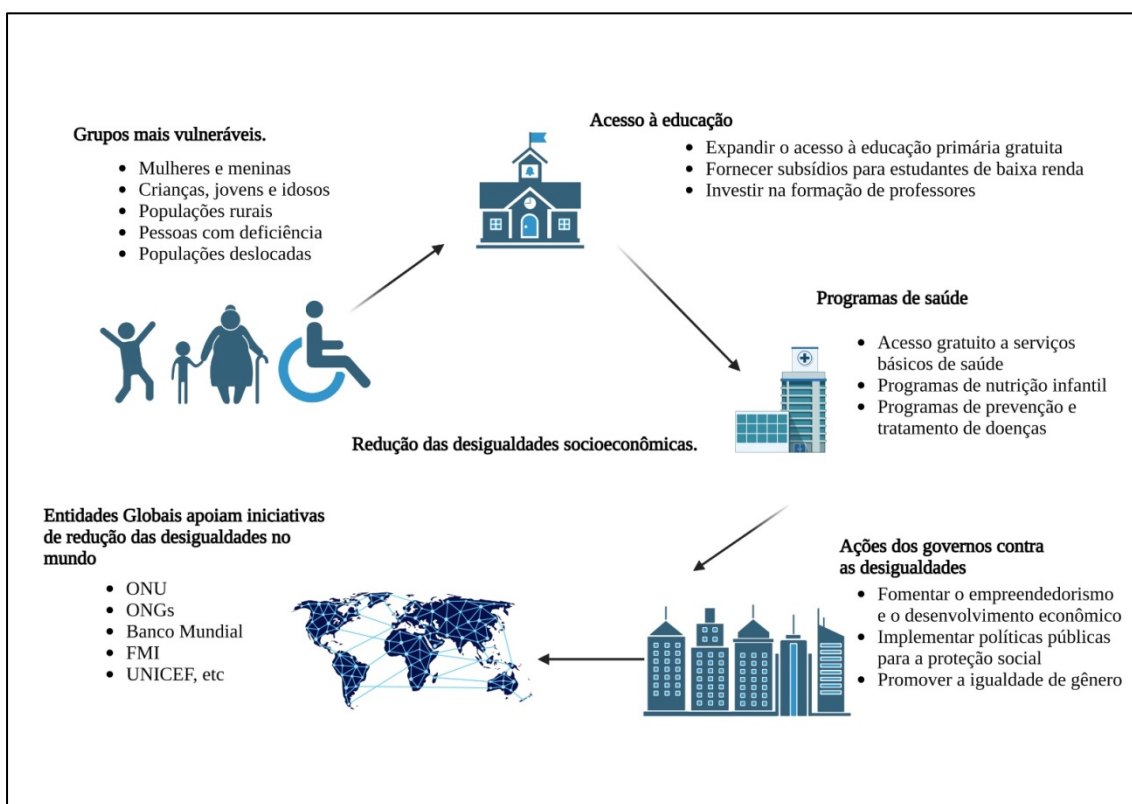
A Figura 1 apresenta um panorama geral das estratégias para a redução das desigualdades não só em Moçambique, mas também no mundo. Os sistemas de proteção social combinam vários mecanismos que visam fornecer recursos, bens e/ou serviços para certos segmentos da população, cuja sobrevivência depende desses recursos (Elizabeth et al., 2022). Várias instituições têm-se destacado na redução de desigualdades sociais no mundo, em particular em Moçambique, das quais há que destacar a UNICEF, Banco Mundial e FMI. Essas instituições têm contribuído muito no ajuste estrutural no contexto da reorientação do papel do Estado nas políticas econômicas nacionais (Manhique; Zimbico, 2021). Os apoios devem garantir que crianças, jovens, mulheres e outros grupos sociais mais vulneráveis à desigualdade possam ter serviços básicos

necessários, tais como acesso à educação, acesso gratuito aos serviços básicos de saúde, implementação de políticas públicas para a proteção social, igualdade de gênero (Maria; Carvalho, 2019).

Em Moçambique, existem instituições que visam proteger os grupos mais vulneráveis, e a que mais se destaca é o Instituto Nacional de Ação Social (INAS). Esta instituição presta apoio às crianças órfãs e vulneráveis, vivendo sozinhas ou com idosos em situação de vulnerabilidade e sem força para o trabalho. Esses apoios estão relacionados com uma cesta básica alimentar e material escolar (Reis; Romanelli; Serra, 2022). Esses grupos recebem o apoio social do INAS e das organizações internacionais de apoio aos mais vulneráveis mediante um comprovante de residência. Este comprovante permite que o assistente social possa efetuar uma visita aos beneficiários para observar suas condições sociais e econômicas. Na parte da saúde, os assistentes sociais trabalham em colaboração com os técnicos de ação social hospitalares, que facilitam a inserção dos beneficiários à saúde, de modo a terem um atendimento saudável (Carvalho, 2020).

O INAS fornece suplementos alimentares para promover o programa de nutrição infantil. Entretanto, apesar disso, ainda há desafios muito grandes na sociedade moçambicana para a redução das desigualdades. Nesse sentido, é necessário adotar políticas públicas que tornem os apoios aos grupos mais ativos, tais como jovens e adolescentes, mais sustentáveis. Essas políticas devem proporcionar a estes grupos os meios necessários para promover o autoemprego, criando pequenas e médias empresas (Matapa; Maloa, 2023). Além disso, há necessidade do governo criar vários postos de trabalho, facilitar o acesso dos idosos aos serviços de saúde, transporte e mudança na estrutura das instituições para permitir maior locomoção para os deficientes físicos, o que contribuirá de certa maneira para a redução das desigualdades socioeconômicas (Quadra; Schäfer; Meller, 2023).

Figura 1: Estratégias de redução às desigualdades socioeconômicos em Moçambique



Fonte: De autoria própria.

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO EQUITATIVO DE SERVIÇOS BÁSICOS E O SEU IMPACTO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O acesso aos serviços básicos pela população de forma equitativa é um dos grandes desafios da redução das desigualdades socioeconômicas, pois tem se notado uma grande divergência entre as condições de infraestrutura, por exemplo, entre as regiões urbanas em comparação com as rurais. O acesso aos serviços básicos entre esses dois grupos é diferente. Isso ocorre, por um lado, devido à falta de recursos financeiros, o que faz com que muitas pessoas não tenham acesso aos serviços importantes relacionados à saúde e educação. Portanto, a implementação de investimentos na rede pública é necessária, e a intervenção das instituições de poder ajuda a identificar as barreiras econômicas, sociais e físicas para permitir uma maior equidade nos serviços básicos importantes (Tavares; Oliveira; Ferreira, 2020). É por isso que as economias dos países mais desenvolvidos desempenham um grande papel na criação de políticas e transições socioeconômicas, bem como mudanças de ideologias que contribuem para reduzir a desigualdade e garantir o bem-estar (Millward-Hopkins; Oswald, 2023). E isso passa necessariamente em fornecer a todos os indivíduos das sociedades mais acesso aos bens e serviços essenciais (Ashford et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários aspectos foram estudados e identificados na literatura científica para examinar a relação entre proteção social, redução da vulnerabilidade e desigualdades socioeconômicas em Moçambique, buscando compreender como políticas e programas sociais contribuem para diminuir essas disparidades e promover um ambiente mais equitativo e inclusivo. Destaca-se que, para a redução das desigualdades sociais, há necessidade de criar novas políticas públicas abrangentes que fortaleçam as infraestruturas sociais, promovam o emprego e a redução do trabalho infantil, além de garantir os direitos humanos dos mais pobres. Esses esforços devem envolver a sociedade civil e assistentes sociais na divulgação e identificação dos grupos mais vulneráveis.

Além disso, Moçambique deve adotar uma estratégia de combate à desigualdade, baseada na criação de políticas públicas que promovam o acesso à educação de qualidade, na expansão de programas de assistência social para famílias em situação de pobreza e na garantia de condições adequadas de vida para as comunidades por meio de programas de desenvolvimento que estimulem a participação da sociedade civil e da comunidade na tomada de decisões. A promoção da igualdade de gênero também contribui para uma sociedade equitativa e justa.

O esforço conjunto entre o governo, às entidades internacionais e os parceiros desempenha um papel relevante na redução das disparidades relacionadas às desigualdades socioeconômicas no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Desafios para Políticas Públicas**, Brasília. UNESCO. [S. l.], p. 192, 2002.
- ALBERTO, António. **Bazarconomia Da Protecção Social Em Moçambique Na Primeira Década Do Século Xxi : Venenos do passado , remédios do presente , futuro enfeitado**. In. **II Conferência IESE “ Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique ”**. Maputo, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/comunicacoes-da-ii-conferencia-do-iese-dinamicas-da-pobreza-e-padroes-de-acumulacao-economica-em-mocambique/>. Acesso em: 22 de Agosto 2023.
- ANDRADE, Sofia. **Comissão De Protecção De Crianças E Jovens**. .Psicologia.pt [S. l.], p. 1–64, 2010.
- ARRETICHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S. l.], v. 33, n. 96, 2018. DOI: 10.17666/339613/2018.
- ASHFORD, Nicholas A.; HALL, Ralph P.; ARANGO-QUIROGA, Johan; METAXAS, Kyriakos A.; SHOWALTER, Amy L. Addressing inequality: **The first step beyond COVID-19 and towards sustainability**. Sustainability (Switzerland), [S. l.], v. 12, n. 13, p. 1–37, 2020. DOI: 10.3390/su12135404.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: Relatório Analisa Pobreza e Suas Causas e Avança Recomendações. 2016.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique: Aspectos Gerais.** 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BESTE, Jason; PFEIFFER, James. **Mozambique's Debt and the International Monetary Fund's Influence on Poverty, Education, and Health.** <https://doi.org/10.1177/0020731416637062>, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 366–381, 2016. DOI: 10.1177/0020731416637062. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020731416637062>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira De; ALMEIDA, Paulo Henrique De. **Família e proteção social.** São Paulo em Perspectiva, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 109–122, 2003. DOI: 10.1590/s0102-88392003000200012.

CARVALHO, Maria Irene. **O Serviço Social na saúde em Portugal e os desafios da Covid-19.** Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, [S. l.], v. 8, p. 1086, 2020. DOI: 10.18554/refacs.v8i0.5028.

DAVITT, Joan; BAIK, Sol. **Reducing extreme economic inequality. Gerontological Social Work and the Grand Challenges: Focusing on Policy and Practice,** [S. l.], p. 141–155, 2019. DOI: 10.1007/978-3-030-26334-8_10/COVER. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-26334-8_10. Acesso em: 23 ago. 2023.

DO CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** Cadernos de Saude Publica, [S. l.], v. 34, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00101417.

ELIZABETH, Angela; ASSIS, Ferreira De; FARIAS, Liduina. **Mecanismos De Proteção Social Na Memória Coletiva De Mulheres Idosas.** Revista de Políticas Públicas. [S. l.], p. 801–820, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v26n2p801-820>.

FRANCISCO, António. **Proteção Social No Contexto Da Bazarconomia De Moçambique.** [S. l.], n. September, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320290722_IDeIAS_No15_Proteccao_social_no_contexto_da_bazarconomia_de_Mocambique. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

GEERTZ, Clifford. **The bazaar economy: Information and search in peasant marketing.** *American Economic Review*, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 28–32, 1978. DOI: 10.4324/9780429494338-8/BAZAAR-ECONOMY-INFORMATION-SEARCH-PEASANT-MARKETING-CLIFFORD-GEERTZ. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429494338-8/bazaar-economy-information-search-peasant-marketing-clifford-geertz>. Acesso em: 21 ago. 2023.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social? = Social vulnerability or risk? Educação,** [S. l.], v. 11, n. 2, p. 301–308, 2012.

LARA, Angela Mara Barros; **Políticas de redução da desigualdade sociocultural.** [S. l.], p. 140–153, [s.d.]. Educ. Form., [S.l.], v.1, n.3, p.140–153, 2016. DOI: 10.25053/edufor.v1i3.1621.

MANHIQUE, Crescêncio Ernesto; ZIMBICO, Octávio José. **A contribuição do Banco Mundial na efetivação da parceria público-privada no sistema Educativo Moçambicano**. Sala 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. DOI: 10.29327/235555.1.1-2.

MANHICE, Antonieta da Conceição. **Percepção das crianças envolvidas no garimpo na Província de Manica**. Orientador: Maria Filomena Madeira Amador. 2016. [S. l.], p. 426, 2016. Tese (Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento). Universidade Aberta. Portugal, 2016.

MARIA, Helena; CARVALHO, Silva. **Desigualdades sociais e grupos sociais vulneráveis. sociedade, políticas e estratégias de sobrevivência em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto**. [S. l.], p. 1–299, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/65061>.

MATAPA, Paulo Gervásio; MALOA, Joaquim Miranda. **A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018)**. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA) [S. l.], v. 3, p. 328–349, 2023.

MILLWARD-HOPKINS, Joel; OSWALD, Yannick. **Reducing global inequality to secure human wellbeing and climate safety: a modelling study**. The Lancet Planetary Health, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e147–e154, 2023. DOI: 10.1016/S2542-5196(23)00004-9. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2542-5196\(23\)00004-9](http://dx.doi.org/10.1016/S2542-5196(23)00004-9).

MOÇAMBIQUE. Conselho De Ministros. **Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil Em Moçambique**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/106421/130734/F2024838475/MOZ106421.pdf>. Acesso em 23 de agosto 2023.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024**. Maputo. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/sites/unicef.org/mozambique/files/2019-04/Estrategia-Nacional-de-Seguranca-Basica.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

MOÇAMBIQUE. **Instituto Nacional de Ação Social (INAS). Projecto de Proteção Social**. Maputo. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://mgcas.gov.mz/index.php/component/edocman/legislacao/accao-social/projecto-de-proteccao-social-quadro-de-gestao-ambiental-e-social>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

MOÇAMBIQUE. Decreto 47/2018 de 6 de Agosto. **Concernente à revisão dos Programas de Segurança Social Básica, criados pelo Decreto n.º 52/2011, de 12 de Outubro e revoga o Decreto n.º 52/2011, de 12 de Outubro**. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz/2018/mz-government-gazette-series-i-dated-2018-08-06-no-153.pdf>. Acesso em 23 de Agosto 2023.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. **Redes sociais de adolescentes no contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. Orientador: Maria Fátima Olivier Sudbrack. 2009. [S. l.], p. 321, 2009. Tese (Doutoramento em Psicologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

QUADRA, Micaela Rabelo; SHÄFER, Antônio Augusto; MELLER, Fernanda de Oliveira. **Inequalities in the use of health services in a municipality in Southern Brazil in 2019: a cross-sectional study**. **Epidemiologia e serviços de saúde** : revista do Sistema Unico de Saude do Brasil, [S. l.], v. 32, n. 1, p. e2022437, 2023. DOI: 10.1590/S2237-96222023000100025.

REIS, Lígia Cardoso Dos; ROMANELLI, Kátia Iared Sebastião; SERRA, Giovanna Luisi. **Promoção ao Aleitamento Materno nos Centros de Educação Infantil do município de São Paulo**. *Saúde em Debate*, [S. l.], v. 46, n. spe5, p. 297–309, 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022e524.

SALVADORI DEDECCA, Claudio. **A Redução Da Desigualdade E Seus Desafios** Claudio Salvadori Dedecca. Ipea, [S. l.], p. 51, 2015.

SALVUCCI, Vincenzo; TARP, Finn. **Poverty and vulnerability in Mozambique: An analysis of dynamics and correlates in light of the Covid-19 crisis using synthetic panels**. *Review of Development Economics*, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1895–1918, 2021. DOI: 10.1111/RODE.12835. Disponível em: <https://typeset.io/papers/poverty-and-vulnerability-in-mozambique-an-analysis-of-3z9xu7s22y>. Acesso em: 21 Ago. 2023.

SHARMA, Bishnu Prasad; ADHIKARI, Dipak Bahadur. **Informal Economy and Poverty Dynamics: A Review**. *Quest Journal of Management and Social Sciences*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 130–140, 2020. DOI: 10.3126/QJMSS.V2I1.29028. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/qjmss/article/view/29028>. Acesso em: 21 Ago. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, [S. l.], n. 16, p. 20–45, 2006. DOI: 10.1590/s1517-45222006000200003.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. *Serviço Social & Sociedade*, [S. l.], n. 116, p. 652–674, 2013. DOI: 10.1590/s0101-66282013000400005.

STECHEI, Tatiana De Oliveira. **O Programa Bolsa Família a partir do território : o trabalho social com as famílias beneficiárias** Abstract : [S. l.], p. 167–192, [s.d.]. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p167.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade**. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 23–41, 2000. DOI: 10.1590/s0103-40142000000300004.

TAVARES, Darlene Mara Dos Santos; OLIVEIRA, Nayara Gomes Nunes; FERREIRA, Pollyana Cristina dos Santos. **Social support and health conditions of Brazilian elderly in the community**. *Ciencia y Enfermeria*, [S. l.], v. 26, p. 1–12, 2020. DOI: 10.29393/ce26-2asdm30002.

TUMELERO, Silvana Marta. **Intersetorialidade nas políticas públicas**. *Guaju*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 209, 2018. DOI: 10.5380/guaju.v4i2.62201.

UNICEF. Mozambique. **Casamento prematuro em Moçambique** |. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-moçambique>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UNICEF. Mozambique. **Segurança Social Básica-Alcançando os Mais Vulneráveis**. 2011. Disponível em: <moz-extension://6b83cb33-928b-4359-90a6-ad6ce1101107/enhanced-reader.html?openApp&pdf=https%3A%2F%2Fwww.socialprotection.org%2Fgimi%2Fgess%2FRessourcePDF.action%3Fid%3D26304>. Acesso em: 23 ago. 2023.

WILLIAMS, Colin. **The Informal Economy and Poverty: Evidence and Policy Review**. ERN: Informal Economy; Underground Economy (Topic), [S. l.], 2014.

WLODARSKI, Regiane. **Desigualdade Social E Pobreza Como Consequências Do Desenvolvimento Da Sociedade**. In. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto 2023.

WU, Jie; SI, Steven; YAN, Haifeng. **Reducing poverty through the shared economy: creating inclusive entrepreneurship around institutional voids in China**. *Asian Business and Management*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 155–183, 2022. DOI: 10.1057/S41291-020-00113-3/METRICS. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41291-020-00113-3>. Acesso em: 21 ago. 2023.

Cidades que “devoram” gentes: mudanças climáticas, vulnerabilidade e o planejamento urbano brasileiro

Recebido em: 20/12/2023
Aceito para publicação: 05/01/2024

Helena Yumiko Ueno¹

Rodrigo Alberto Toledo²

Oswaldo Gonçalves Junior³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2023.v15i2.18878>

RESUMO

O número de desastres ambientais aumentou cerca 85% nos últimos 20 anos, onde foram contabilizadas 7348 ocorrências que afetaram mais de 4 bilhões de pessoas e causaram mais de 1,2 milhão mortes. A histórica distribuição de riscos demonstra que estes estão relacionados aos estratos de classe, assim como as riquezas, mas se acumulam de modo inverso, as riquezas em cima e os riscos embaixo. Os espaços urbanos constituem um campo de disputas para 84,36% da população do país, pelos benefícios da propriedade da terra, pelo uso e acessos às estruturas, de acesso à renda e geração de riqueza, e, frente aos riscos ambientais, pela segurança de suas próprias vidas. Desta forma, este trabalho irá discorrer a formação dos espaços urbanos brasileiros e calcar as reflexões sobre a produção das vulnerabilidades que expõem a maior parte da população aos riscos dos desastres ambientais com apoio aos conceitos de campo, habitus e capitais sobre a constituição do Estado de Pierre Bourdieu e às abordagens sobre a produção dos espaços de autores como Henri Lefèbvre, Raquel Rolnik, Milton Santos, Ermínia Maricato, entre outros.

Palavras-chave: Cidades; Riscos Ambientais; Vulnerabilidade; Desigualdade

ABSTRACT

Cities that "devour" people: climate change, vulnerability and brazilian urban planning

The number of environmental disasters has increased by about 85% in the last 20 years, with 7348 occurrences that affected more than 4 billion people and caused more than 1.2 million deaths. The historical distribution of risks demonstrates that these are related to class strata, as well as wealth. Wealth and risks accumulate in an inverse way in social classes: the first in the upper classes and the second in the lower classes. Urban spaces constitute a field of dispute for 84.36% of the country's population, for the benefits of land ownership, for the use and access to structures, access to income and wealth Generation, and, in the face of environmental risks, for the safety of their own lives. In this way, this work will discuss the formation of Brazilian urban spaces and base the reflections on the production of vulnerabilities that expose most of the population to the risks of environmental disasters with support to the concepts of field, habitus and capital on the constitution of the State of Pierre Bourdieu and the approaches to the production of spaces by authors such as Henri Lefèbvre, Raquel Rolnik, Milton Santos, Ermínia Maricato, among others.

Keywords: Cities; Environmental Risks; Vulnerability; Inequality

RESUMEN

Ciudades que "devoran" personas: cambio climático, vulnerabilidad y urbanismo brasileño

El número de desastres ambientales ha aumentado alrededor del 85% en los últimos 20 años, con 7348 ocurrencias que afectaron a más de 4 mil millones de personas y causaron más de 1,2 millones de muertes. La distribución histórica de los riesgos demuestra que estos están relacionados tanto con los estratos de clase como con la riqueza. La riqueza y los riesgos se acumulan inversamente entre clases sociales: el primero en las clases altas y el segundo en las clases bajas. Los espacios urbanos constituyen un campo de disputa para el 84,36% de la población del país, por los beneficios de la propiedad del suelo, por el uso y acceso a las estructuras, acceso a ingresos y generación de riqueza, y, ante los riesgos ambientales, por la seguridad de su propia vida. De esta forma, este trabajo discutirá la formación de los espacios urbanos brasileños y fundamentará las reflexiones sobre la producción de vulnerabilidades que exponen a la mayor parte de la población a los riesgos de desastres ambientales con apoyo en los conceptos de campo, habitus y capital en la constitución de el Estado de Pierre Bourdieu y los acercamientos a la producción de espacios de autores como Henri Lefèbvre, Raquel Rolnik, Milton Santos, Ermínia Maricato, entre otros.

Palabras clave: Ciudades; Riesgos Ambientales; Vulnerabilidad; Desigualdad.

¹ Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – ICHSA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3659-7414>. E-mail: helena.caminhosnamata@gmail.com.

² Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, ICHSA/UNICAMP/FCA. Desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado financiado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/PNPd (Pós-Doutorado). n. de processo 88887.369213/2019-00. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>. E-mail: ralberto@unicamp.br.

³ Professor Doutor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-UNICAMP), no curso Bacharelado em Administração Pública. Professor Pleno no Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3033-3741>. E-mail: ogjunior@unicamp.br.

INTRODUÇÃO

As ocorrências de desastres ambientais são monitoradas pelo Escritório para Redução de Riscos aos Desastres da ONU [UNDRR] há 40 anos, e segundo seu relatório Human Cost of Disasters – An overview of the last 20 years (2020) o número de desastres aumentou cerca 85% nos últimos 20 anos, onde foram contabilizadas 7348 ocorrências que afetaram mais de 4 bilhões de pessoas e causaram mais de 1,2 milhão mortes. A maior parte dessas ocorrências concentram-se em problemas decorrentes de chuvas e tempestades tropicais – respondendo por cerca de 72% dos casos reportados, mas o número de eventos de temperatura extrema, também, chama a atenção, com o aumento superior à 300% no mesmo período (United Nation Office for Disaster Risk Reduction [UNDRR], 2020).

Esses são episódios de riscos ambientais que romperam as barreiras das projeções científicas e se concretizaram. Causaram danos e perdas de vidas, inclusive humanas, tornaram-se mais intensos e frequentes nas últimas quatro décadas e, segundo as projeções apresentadas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas [IPCC] tendem a agravar (IPCC, 2021).

Segundo Beck (2011), a histórica distribuição de riscos demonstra que estes estão relacionados aos extratos de classe, assim como as riquezas, mas se acumulam de modo inverso, as riquezas em cima e os riscos embaixo. O autor ressalta que a exposição e as capacidades adaptativas são desigualmente distribuídas em função da renda e da educação. Assevera o autor, “quem dispõe de calço financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração da moradia (ou através de uma segunda moradia, férias, etc.)” (p. 42).

Em complemento, o 6º Relatório do Grupo de Trabalho II do IPCC (2022), ressalta que a exposição aos riscos ambientais difere entre regiões e dentro dos territórios conforme são dadas as relações entre o desenvolvimento econômico, o uso insustentável dos recursos naturais, os níveis de desigualdade e seus padrões históricos e contínuos de reprodução, e as condições de governança. Estima-se que aproximadamente 3,5 bilhões de pessoas estejam em situação de alta vulnerabilidade às mudanças climáticas, o que corresponde a cerca de 45% da população mundial.

Por conseguinte, os espaços urbanos constituem um campo de disputa para 84,36% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010), pelos benefícios da propriedade da terra, pelo uso e acessos às estruturas, de acesso à renda e geração de riqueza, e, frente aos riscos ambientais, pela segurança de suas próprias vidas. Expressam as assimetrias de poder econômico e político.

O Brasil, país de maior extensão territorial da América Latina, passou por um processo de independência de sua metrópole, Portugal, em 07 de setembro de 1822. Atualmente é constituído por 26 Unidades Federativas e o Distrito Federal, que abrangem 5570 municípios. Possui uma população estimada de 213 milhões de pessoas, em 2021, apresentou PIB de R\$ 8,7 trilhões (<https://www.ibge.gov.br/>), mas constitui um dos países mais desiguais do mundo, onde os 10% mais ricos concentram 59% da renda nacional e 50% da população sobrevive com apenas 10% (Chancel et. al, 2022). Concentra 10% da diversidade biológica global (Joly et. al, 2019) e, ainda, conta com diversidade étnica e cultural dos povos originários que, segundo o censo de 2010, ainda reúnem 305 etnias distribuídas no território (IBGE, 2010).

Este manuscrito irá discorrer sobre a formação dos espaços urbanos brasileiros e calcar as reflexões sobre a produção das vulnerabilidades que expõem a maior parte da população aos riscos dos desastres ambientais à luz dos conceitos de campo, habitus e capitais sobre a constituição do Estado de Pierre Bourdieu e às abordagens sobre a produção dos espaços de autores como Henri Lefèbvre, Raquel Rolnik, Miltom Santos, Ermínia Maricato, entre outros.

REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE E ESPAÇO

Das reflexões de Bourdieu (2013), entendemos que os seres humanos atuam como agentes no e do espaço social em determinado espaço físico, sobre o qual tende a reproduzir o arranjo social existente, ou seja, os espaços físico e social estão intrinsecamente relacionados. Portanto, são indivíduos biológicos que encontram no espaço físico condições para o estabelecimento de arranjos sociais.

A atual organização dos espaços físicos do planeta é dada pela territorialização dos Estados-Nação, compreendida por Bourdieu como entidade concebida pela crença ao qual é atribuído o “poder de organizar a vida social através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre sentido de mundo” (Bezerra, 2005, p. 487), mediante a concentração de um poder simbólico. E, em contraposição às conceituações de

Thomas Hobbes e John Locke, Bourdieu afirma que o “Estado não é um aparelho orientado para o bem comum, é um aparelho de coerção, de manutenção da ordem pública, mas em proveito dos dominantes [...]” (Bourdieu, 2014, p. 36). Tributário às teorias de Bourdieu, Bezerra (2005) aponta que as condições de acumulação do capital utiliza-se de sua estrutura lógico-administrativa para induzir a percepção do mundo, por meio da construção de regras que são impostas à sociedade.

Sobre o território delimitado pelos Estados-Nação, se dá a modelação dos espaços físicos, sob as forças das imposições totalizantes do aparato burocrático que acompanham a estrutura. Partindo dessa conceituação, o recorte empírico da dimensão socioespacial pode tornar-se objeto de análise à “compreensão do jogo entre agentes, como cada um mobiliza diferentes capitais com vistas a assegurar seu lugar em um dado campo” (Sant’Anna, 2017, p. 36). Sob a perspectiva da Teoria da Ação Prática de Bourdieu, os espaços, seus lugares e as cidades podem ser compreendidas como um campo de lutas e interações, nos quais podem ser analisados como cada um dos diferentes atores contribuem para a produção de contextos.

Para tanto, é interessante a revisão dos conceitos de Habitus, Campo, Capitais e Percepção de Jogo, dadas por Bourdieu, por meio qual busca-se, com diligência, as articulações entre as estruturas institucionais objetivas e os processos de mudança social por análises dos mecanismos de dominação, produção de ideias e origem das condutas (Torres, 2012). Há de se considerar que estas serão utilizadas para análise socioespacial proposta neste texto e, portanto, sem a pretensão de esgotamento das reflexões propostas pelo pensador.

O Habitus é “um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada [...] e são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais” (Thiry-Cherques, 2006, p. 33) ao longo da trajetória individual e coletiva de cada pessoa e, por isso, são flexíveis. São como forças que atuam de forma quase imperceptível nas escolhas diárias, como conceitos naturalizados no cotidiano, mas que geram uma racionalidade prática, e desta forma, se apresentam como condicionante e condicionador das nossas ações (Thiry-Cherques, 2006 e Torres, 2012).

O Campo é “o espaço que delimita a estrutura na qual o habitus opera” (Torres, 2012, p. 120) pela mediação de forças na disputa dos recursos intrínsecos de cada campo. As posições dominantes dentro do campo se dão pela acumulação de capitais considerados importantes para os seus agentes.

Os Capitais podem ser considerados como os bens de valor dentro do campo. Tais Capitais são divididos em 5 categorias.

Segundo Bezerra (2005), “etapas de acumulação ocorrem de modo interdependente, incorporados pelo autor a seu modelo e aos quais se articulam a criação de espaços sociais relativamente autônomos” (p.493), são eles: (i) Capital da força física, refere-se ao uso legítimo da violência para a manutenção da ordem, o uso deste capital pelo Estado é acompanhado pela “expropriação deste recurso das mãos dos outros agentes sociais” (p.493); (ii) Capital econômico, o qual o Estado acumula com a implementação de um sistema fiscal para a arrecadação de tributos de forma regular; (iii) Capital informacional, diz respeito à produção e reprodução, por vezes manipuladas e distribuídas desigualmente, de informações técnicas, como das áreas de geografia, estatística, matemática, física, e até mesmo, com a reunião de informações investigativas, sigilosas e estratégicas às decisões do Estado; (iv) Capital cultural, relaciona-se à ação do Estado na produção dos símbolos de identidade nacional, como linguagem, padrões métricos, jurídicos, entre outros, homogeneizando os saberes e impondo uma cultura dominante. “A acumulação desse conjunto de formas de capital converge no sentido da produção do reconhecimento da autoridade do Estado, isto é, de seu [v] capital simbólico.” (p. 493).

A Percepção de Jogo refere-se sobre o conhecimento dos agentes e das forças atuantes dentro do campo como estratégia de ação para as disputas sobre as posições ou os bens mais valorizados do jogo. “Os agentes em disputa buscam inverter as relações de força, subverter a ordem e fazer a revolução dentro do campo, porque eles reconhecem os alvos da luta e não são indiferentes a eles.” (Torres, 2012, p. 123).

A história é utilizada por Bourdieu como ferramenta empírica para a análise e compreensão da sociedade, por meio dela é possível avaliar o momento inicial em que as “lutas estão se desenrolando, as escolhas estão sendo efetuadas e naturalizadas. Trata-se de olhar para o momento em que se desenrolam as lutas que antecedem a oficialização e a universalização” (Bezerra, 2005, p. 491).

Este manuscrito tem por objetivo analisar o processo de formação dos espaços urbanos brasileiros. A despeito de ser um processo diversificado, múltiplo e singular em suas realidades locais denominadas espaços

subnacionais, entendemos que há um *modus operandi* da força do capital imobiliário que permite a manutenção de assimetrias sociais. Quanto mais assimétrica econômica e socialmente uma sociedade, tanto mais sofrerão os impactos dos eventos ocasionados pelas mudanças climáticas.

A divisão social do trabalho está expressa no plano territorial. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorre a configuração de um sistema globalizado em que a realização econômica passou a se dar em escalas mais abrangentes, sobretudo por conta das ações das grandes corporações ou conglomerados econômicos. Um processo que, desde a gênese do capitalismo (séculos XV ao XVII), fez dos Estados, organismos e instituições nacionais e supranacionais a plataforma em que se deram as relações sociais na atualidade. (Carlos, Sousa & Sposito, 2016).

Para a reconstituição desse processo, é fundamental observarmos as cidades como um dos resultados da divisão social e territorial do trabalho imposta pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Em outros termos, há desde a antiguidade uma divisão social e territorial do trabalho na escala internacional. A divisão conforma redes urbanas das quais ações políticas e os interesses do capital financeiro imobiliário impulsionam não somente interações espaciais, mas também a conversão do capital em força de urbanização.

Na próxima sessão, retomaremos o processo de formação dos espaços urbanos brasileiros como uma forma de desnudarmos as clivagens existentes na configuração da justiça socioespacial. Um tipo de condição humana – de consciência política e social – que carrega um ideal de bem viver coletivo e felicidade que varia historicamente. Entretanto, entendemos que o conceito tenha como elementos centrais a participação e o nível de consciência política; o nível de garantia de um conjunto de direitos e justiça social; o grau de igualdade e equidade; o grau de liberdade, de acessibilidade a bens, serviços e equipamentos sociais, bem como ao patrimônio histórico-cultural. (Souza, 2017). Enfim, é um tipo de cidadania multifacetada e complexa que se estabelece na relação entre os homens em sua pluralidade e sentimento de coexistência.

BREVE RETORNO À GÊNESE DOS ESPAÇOS URBANOS BRASILEIROS

Na chamada Primeira Fase do Capitalismo, entre os séculos XV e XVII, a produção ainda incipiente do capital focava a expansão colonial com comando e controle realizado pelo Estado Real. Soares (2010), aponta nesta fase, a rede urbana instalada Brasil se limitava às estruturas de apoio à exportação de produtos agrícolas, principalmente o açúcar, com núcleos implantados, em geral, na região litorânea e alguns poucos núcleos regionais desarticulados entre si. Com a queda na exportação desse produto, em meados do século XVII, houve a dispersão populacional pelo interior do território e desenvolvimento de economias de subsistência não alinhadas à Coroa, a qual reforçou medidas de controle sobre a produção do espaço com implementação de processos de centralização política “marcado por um aumento do controle direto sobre as capitânicas e núcleos urbanos e pela implantação de novas vilas de modo a enquadrar a população rural dispersa” (p. 84).

Neste período, as terras eram concedidas pela “Coroa – as sesmarias – ou simplesmente ocupada[s]. [...] Assim, a terra ainda não tinha valor comercial, mas essas formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada” (Ferreira, 2005, p. 01).

Os caminhos do ouro em Minas Gerais levaram à expressiva interiorização, com maior interação entre sociedade e espaço, no desenvolvimento de núcleos urbanos de suporte, às atividades mineradoras, com a utilização de cursos d’água, como o Rio São Francisco, como rotas de transporte comercial e a consolidação de diversos caminhos até as Minas. Em função dessa dinamização socioespacial, foram realizados mais investimentos na tentativa de centralização e controle da colônia, com a limitação a aberturas de novas Vilas e maior intervenção sobre as atividades ultramarinas. Contudo, “a interação entre a sociedade que se constituía e o espaço por ela apropriado possibilitou a construção de uma identidade territorial, num visível fortalecimento da estrutura social mineira” (Soares, 2010, p. 85).

Entre os séculos XVIII e XIX, época marcada pelas revoluções tecnológica e política, os espaços foram moldados pela expansão do capital alavancados pelos processos industriais, as colônias passaram a serem vistas como potencial mercado consumidor e fornecedores de mão-de-obra e matéria-prima. Neste contexto, os ingleses exerciam “pressões para impedir qualquer restrição a seus produtos e garantir o aumento de

mercado, o que incluía também o fim da mão-de-obra escrava e a implantação do assalariamento” (Ferreira, 2005, p. 02).

A partir da independência do Brasil, em 1822, segundo Ferreira (2005) houve “ampla e indiscriminada ocupação das terras e a expulsão dos pequenos posseiros pelos grandes proprietários rurais” (p. 01), e a promulgação da Lei das Terras, em 1850, legitimou “a terra em mercadoria nas mãos dos que já detinham cartas das sesmarias ou provas de ocupação” (p. 02), consolidando-se os latifúndios no país. As demais terras não ocupadas seriam oficialmente propriedade do Estado. Desde então, para se ter a propriedade da terra é preciso comprá-la.

O impacto gerado pela lei fez-se sentir no Vale do Paraíba - SP, pois muitas das primeiras propriedades foram reunidas por negociantes da cidade do Rio de Janeiro ou por pessoas que haviam possuído empresas de mineração mais ao norte do Império. A partir do segundo quartel do século XIX, é perceptível o aumento de aquisições de terras como resultado imediato das leis promulgadas em 1835 e 1850, que em suma extinguíram a primogenitura e substituíram as concessões por pagamentos à vista na distribuição das terras devolutas da coroa. A mão-de-obra imigrante assalariada, passa a ocupar os espaços de trabalho nas fazendas juntamente aos escravos “libertos”, uma vez que a essa mesma Lei coibiu as pequenas produções de subsistência. Mesmo com as mudanças em curso, a disposição em utilizar a mão de obra livre, todavia, não representou enfoque racional capitalista nem humanização das relações de trabalho por parte dos fazendeiros paulistas. São enfáticas as evidências que apontam para um tratamento desumano dos imigrantes, nos mesmos moldes destinados aos escravos cativos. Contudo, com o recrudescimento da fiscalização do tráfico de escravos e fortalecimento do arcabouço jurídico do Império que restringia a reprodução da mão de obra escravocrata, os fazendeiros afrouxaram seu jugo. Em certa medida, o sistema de mão de obra livre encorajou o desenvolvimento de uma perspectiva capitalista. Somado a esse cenário, a própria natureza da cultura do café praticada no Brasil acentuava a seletividade do mercado. A conjugação da terra barata em relação ao capital e à mão de obra com a fertilidade gerou um padrão de ocupação do território que produzia um prolongamento da fronteira na direção Oeste. Ao mesmo tempo que expandia, deixava um rastro de terras exauridas pela cultura do café que só prestavam para a pastagem. A voracidade com que a cultura do café “consumia” as terras, produziu outro aspecto peculiar do Estado de São Paulo, qual seja, a transferência do capital da fazenda para empreendimentos comerciais e industriais. O cafeicultor era obrigado a reinvestir em outras atividades, pois diferentemente da cultura da cana-de-açúcar em que por gerações a fio os senhores permaneciam na mesma propriedade, a cultura do café exigia constante ampliação das terras agricultáveis. (Dean, 1991).

Essa situação solidificou a ruptura da estrutura social em duas categorias: dos latifundiários e dos que não teriam “nenhuma possibilidade de comprar terras” (Ferreira, 2005, p. 03). Toledo (2012), descreve o cenário:

Na cidade escravocrata, o trabalho é cativo, mas a terra é livre, o que significa que o espaço de moradia urbana é apropriado a partir e na medida da necessidade de uso. [...] Já na cidade do trabalho assalariado, o trabalho é livre, mas a terra é mercadoria cuja única forma de apropriação é o contrato monetário de compra e venda. (Toledo, 2012, p. 80)

Toledo (2012) aponta que no caso de São Paulo, os excedentes do sistema cafeeiro permitiram o desenvolvimento de outros setores produtivos como as estruturas para o processamento dos produtos agrícolas: “enlatamento de carnes, curtumes, moinhos de milho e de mandioca” (p. 78), e, fábricas de materiais de construção civil: cimento, tijolos, cerâmicas e vidrarias, estes últimos pelo grande interesse das elites pelas estruturas urbanas. Neste período, foram concomitantemente criadas as companhias de serviços urbanos de água, energia, telefonia e transportes, que segundo Ferreira (2005) “sempre com a presença marcante de empresas inglesas” (p. 05).

No auge do café internacional e com uma indústria ainda incipiente, Ferreira (2005) aponta para as primeiras grandes intervenções urbanas no país, que ocorreram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, centros comercial e político, que não poderiam expressar atraso frente ao modernismo europeu, estas deveriam ter “uma aparência compatível com a ambição comercial da expansão cafeeira” (p.05), mas esta ação ocorreu com estruturação excludente: uma cidade para nobres, latifundiários. Desta forma, os primeiros cortiços e assentamento populares, em áreas segregadas e menos privilegiadas, surgem

para o abrigo, essencialmente, dos escravos libertos, que representavam em 1888 – ano da abolição – entre 7 e 8% da população urbana do Rio de Janeiro, cenário que já apontava problemas como insalubridade, os surtos epidêmicos e a violência.

Ferreira (2005) aponta ainda que a implantação do assalariamento do trabalho, pressionada pelos britânicos, possibilitou a intensificação da industrialização no Brasil nas últimas décadas no século XIX. As cidades acompanharam essa transformação dinâmica da sociedade, expandindo seus territórios e reproduzindo as desigualdades sociais cristalizadas no período anterior. As classes dominantes apropriavam-se dos “setores urbanos mais valorizados” (p. 09), os quais contavam com uma localização privilegiada, melhor acessibilidade e demais infraestruturas urbanas.

AS CIDADES BRASILEIRAS DO SÉCULO XX E XI

O excedente da produção cafeeira e a infraestrutura ferroviária instalada em São Paulo formou um cenário favorável aos interesses ingleses para o escoamento da indústria. Segundo Ferreira (2005), em 1920 o Estado de São Paulo superava a produção industrial de todos os demais estados brasileiros. Desta forma, as cidades abrigavam além dos produtores cafeeiros, as indústrias, a burguesia industrial emergente e diversas outras atividades administrativas e comerciais.

Certamente que para o funcionamento, da produção e do consumo, de toda essa nova estrutura instalada mais pessoas eram necessárias, e somavam-se aos escravos libertos significativos números de imigrantes europeus, que inicialmente vinham das próprias áreas rurais internas e, posteriormente, novos imigrantes passaram a compor o proletariado urbano do país. Ao assentamento deste novo grupo social urbano, eram destinadas áreas distantes do centro, como Brás e Lapa, na cidade de São Paulo, – bairros operários – nas proximidades da indústria, da ferrovia inglesa com alta vulnerabilidade às enchentes, e ainda assim, em quantidade insuficiente, o que despontavam os primeiros déficits habitacionais. Embora o exemplo apresentado reporte à cidade de São Paulo, esta mesma dinâmica se reproduzia nas cidades do interior do Estado, e, nas demais capitais do país (Ferreira, 2005).

Simultaneamente à expansão urbana, avançavam as epidemias, e, Ferreira (2005) ressaltou que “para atrair o capital estrangeiro para o país, era necessário sanear a cidade” (p. 08). No Rio de Janeiro, novas avenidas foram abertas, construções antigas foram substituídas por modernos edifícios, o porto foi remodelado, a população mais pobre foi sistematicamente expulsa das áreas centrais, expandindo as áreas urbanas para regiões mais distantes, menos valorizadas e outros morros; essa mesma lógica foi reproduzida em outras cidades como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Santos, Manaus e Belém. Decisões e ações estruturantes para a formação dos processos de controle urbanísticos, determinando a rigidez das legislações para a construção de edifícios e para o uso e ocupação do solo, sobre os quais Raquel Rolnik (em Ferreira, 2005, p. 09) expressa ser “a lei como garantia de perenidade do espaço das elites”.

Segundo Maricato (2000), após a crise de 1929, durante o welfare state o planejamento territorial teve grande desenvolvimento, com bases calcadas no equilíbrio econômico e social provido pelo Estado. Neste período, arquitetos de todo o mundo centravam as preocupações na qualidade de vida dos trabalhadores, direcionando as ações para equidade ao acesso à cidade, poder de compra, acesso à moradia, transporte, saneamento e demais serviços urbanos.

Com a população em geral descrentes às soluções políticas brasileiras levadas pelas oligarquias, especialmente às de São Paulo e Minas Gerais, em torno de inúmeras tensões Getúlio Vargas assumiu o poder e, seguindo a emergência do Estado de Bem-Estar Social, indicou a “construção de uma nação com um Estado forte e um mercado de consumo interno mais significativo” (Ferreira, 2005, p. 11). As indústrias angariaram subsídios ao crescimento e, apesar de perderem a exclusividade de mercado, os interesses dos agro-exportadores foram mantidos mantendo-se a base fundiária intacta.

O surgimento dos direitos trabalhistas aos empregos da indústria, intensificou as migrações rural-urbana e de Norte para Sul, agravou o déficit habitacional de forma que nem o mercado e nem o Estado tivessem condições de tratar, , mas seguindo a lógica populista, o Estado prometeu entregar, apenas, 140 mil novas moradias populares (entre 1937 e 1964), , implementando as primeiras políticas habitacionais providas pelo Estado, em reconhecimento de que o mercado não teria possibilidade de atender. Outra intervenção política que se somou à questão urbana, foi o congelamento dos aluguéis em 1942 – Lei do Inquilinato – que

resultou na valorização da propriedade privada e escassez generalizada da oferta de imóveis. À população restou a simples ocupação de terras afastadas ou ambientalmente vulneráveis, menos valorizadas, e sem a infraestrutura adequada, solucionando o problema do Estado e do mercado na questão da moradia (Ferreira, 2005).

As políticas de Bem-Estar Social na Europa restringiam o crescimento do capital à medida que as legislações de proteção social aumentavam o custo da produção e, conseqüentemente, reduziam os lucros. Os olhos das grandes indústrias se estendiam aos países em desenvolvimento por apresentarem condições mais favoráveis à produção por menores salários e pela formação de nova massa de consumidores, e que por sua vez, convergiam aos interesses da burguesia industrial local (Ferreira, 2005), mesmo que “às custas do reforço de seu caráter antissocial, antinacional e antidemocrático”, Sampaio Jr (em Ferreira, 2005, p. 13). Com este cenário, as políticas intervencionistas do Estado não se apresentavam mais adequadas e o mantra pela liberdade do mercado reemerge com um novo formato ideológico, contrapondo a rigidez do período anterior, trouxe a tônica da “flexibilidade da produção, no trabalho, no consumo e, com ela a quebra do Estado-providência, da organização sindical, do pleno emprego, enfim, da certeza individual e familiar sobre o futuro” (Maricato, 2000, p. 129).

Seguimos para a década de 1950 com a abertura ao capital internacional, a industrialização exponencial com a chegada das multinacionais reclassificou o Brasil para a 8ª economia mundial em apenas 10 anos, mas esse caminho, segundo Ferreira (2005), trouxe a reboque “um padrão congênito de atraso tecnológico [...] e alta concentração de renda, já que se baseava na manutenção de uma mão-de-obra de baixo custo, necessariamente sub-assalariada” (p.12). Essa dinamização econômica, intensificou as migrações rural-urbano “em patamares nunca antes vistos” (p.13), causando demanda habitacional explosiva, bairros periféricos de baixa-renda cresciam de forma inexorável.

Se em 1940 a população urbana no Brasil era de apenas 26,34% do total, em 1980 ela já era de 68,86%, para chegar em 81,20% no ano 2000. Em dez anos, de 1970 a 1980, as cidades com mais de um milhão de habitantes dobraram, passando de cinco para dez. (Ferreira, 2005, p. 13)

Dentre as conseqüências dessa dinâmica pode ser destacada a predação ambiental, que segundo Maricato (2000) “há uma correspondência direta entre a rede hídrica e a localização das favelas no ambiente urbano” (p.163). As Áreas de Proteção Ambiental – APP, caracterizados pelo código florestal como margens de cursos d’água, mangues, áreas alagáveis, encostas íngremes etc., são áreas que possuem dinâmicas estreitamente relacionadas ao ciclo hidrológico, por essa condição, recebem legislações específicas e “não interessam ao mercado imobiliário formal, são as que sobram para a moradia de grande parte da população” (p.163). Com isso, outros problemas são gerados em função dos resíduos que se acumulam nos cursos d’água, entupimento dos equipamentos de drenagem, doenças, enchentes, desmoronamentos e mortes, que não afetam somente os moradores diretamente assentados nessas áreas, mas diversas partes e sistemas – como os serviços de saúde – da cidade.

Segundo Ferreira (2005) essa situação somente provocava alguma resposta do poder público quando “estivesse ameaçada a própria coesão social” (p.14). Desta forma, o sistema autocrático pós-1964 iniciou uma nova onda de intervenção Estatal no sistema habitacional, com a criação do sistema Banco Nacional de Habitação – BNH e Sistema Financeiro de Habitação – SFH que proveram cerca de 4 milhões de unidades habitacionais populares, mas sem outros equipamentos urbanos, distantes do centro, gerando os bairros dormitórios e sem beneficiar a população pobre, com renda abaixo de 5 salários-mínimos.

Além do parcial benefício popular, este processo permitiu que o mercado privado se apropriasse “da maior parcela do subsídio habitacional favorecendo as classes médias urbanas e, até mesmo, participando de sua consolidação, a qual cumpriu papel fundamental como apoio político ao regime militar” (Maricato, 2000, p. 162)

Da inconformidade da população ao regime político autocrático emergiram diversos movimentos sociais na década de 1970, dentre eles os que tratavam das questões urbanas, “reivindicando a regularização dos loteamentos clandestinos, a construção de equipamentos de educação e saúde, a implantação de infraestrutura nas favelas, etc.” (Ferreira, 2005, p. 16). Com efeito, em 1988 foram inseridos dois artigos, 182 e 183, na Constituinte, direcionando os novos rumos da política urbana no Brasil, dentre os quais estabeleceram que municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam instituir Plano Diretor como instrumento norteador

do desenvolvimento local e ordenador da expansão urbana e, introduziu o princípio da função social da propriedade urbana Ferreira (2005). Imóveis vazios e estoques construtivos nas mãos de especuladores imobiliários torna custosa a gestão da cidade e, sobretudo, desigual o acesso à moradia.

A regulamentação dos artigos urbanísticos da Constituinte de 1988 foi promulgada somente em 2001, 13 anos depois, pela Lei Federal n. 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, que tem como diretrizes gerais, o direito à moradia, ao acesso aos serviços públicos, transporte e lazer e a gestão participativa da cidade, bem como, busca reduzir a retenção especulativa de imóveis urbanos com vistas à ampliação da oferta de moradias, por meio dos inúmeros “instrumentos jurídicos, urbanísticos e financeiros” propostos (Fernandes, 2021, p.11).

O movimento neoliberal iniciado em 1980 ganhou força pelas políticas implementadas pelo Presidente Fernando Collor, a partir de 1989, o que dificultou a implementação de uma agenda pela reforma urbana justa e equitativa, as ações voltaram-se à competitividade e à privatização de serviços públicos (Oliveira, 2011). Desta forma, mesmo com as revisões dos planos diretores municipais, poucos foram os avanços em relação à democratização do acesso à terra urbana e à sua gestão participativa.

Segundo Oliveira (2011), “a esmagadora maioria dos planos delimita ZEIS em áreas já ocupadas por assentamentos precários para fins de regularização fundiária e urbanística” (p.11). Os instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e IPTU progressivo, apesar de incorporados aos planos, raramente foram regulamentados e aplicados, além disso, são comuns isenções ao imposto territorial para atividades econômicas como estacionamentos, ruínas, igrejas, etc. As outorgas onerosas desvinculadas da diretriz redistributiva geraram efeitos contrários ao permitir novos benefícios às áreas já bem estruturadas. Grandes obras, providas ou autorizadas por outras instâncias de governo, são construídas nas cidades alterando-se os planos desde o tipo de ocupação prevista às taxas de ocupação. Além de todas essas inconsistências, muitos planos não apresentaram regulamentação para a efetiva implementação e foram desvinculadas da execução orçamentária, esvaziando-se a sua importância.

Raquel Rolnik (2021) coloca que se por um lado os movimentos sociais pressionavam o pleno exercício democrático para a construção e direito à cidade, por outro, a agenda pública urbana seguiu com o repertório colonialista e, a partir de modelos europeus, expandiu as estratégias de controle e governamentalidade, por meio de um aparato burocrático capaz de extrair renda da terra, em favorecimento ao mercado imobiliário no complexo sistema imobiliário-financeiro de repasse de recursos públicos às empresas construtoras dos espaços urbanos oficiais. Desta forma, afastando o instrumento do seu ideal de “organização dos espaços de vida ou questões como a paisagem, a história, a natureza.” (p. 146)

ANÁLISES E CORRELAÇÕES

O surgimento das cidades brasileiras foi dado no contexto colonialista, em um modelo econômico agrícola e extrativista de regime escravocrata, onde todas as formas de capital, estruturada por Bourdieu, econômico, informacional, cultural e, evidentemente, da força física concentravam-se sobre os colonizadores, representantes da Coroa Portuguesa, conferindo a eles a autoridade local com domínio sobre os territórios e sobre os corpos presentes. Neste período, as cidades brasileiras ainda não representavam estruturas de grande importância dado que a vida ocorria, em sua grande maioria, no ambiente rural, mas as apropriações da terra e as diferenças no uso do poder, questão estruturante na produção das grandes desigualdades, acompanham o desenvolvimento desde o início da formação do país, como a distribuição de terras pela Coroa por meio das Sesmarias. Neste campo de disputas, é perceptível a presença da Coroa Portuguesa via instituições de controle e cobrança de impostos, de uma elite constituída por colonos, de uma população escrava e uma força externa bastante influente nas necessidades do mercado.

Abdias Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), retrata este cenário do sistema escravocrata brasileiro, que

[...] desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isso graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. (Nascimento, 1978, p.49).

Um tipo de violência que se revestia da perspectiva colonialista portuguesa, racista e espoliadora, expressas nas

[...] estratégias como a designação de “Províncias de Ultramar” para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; como leis do chamado indigenato, prescrevendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidade portuguesas. Essa política colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora no território africano. (Nascimento, 1978, p.50).

Entre os séculos XVII e XIX, o território brasileiro passa a ser visto como potencial mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas à Europa Industrial, sob a qual, as forças do mercado atuam para que o regime de trabalho passe a ser assalariado. Convergindo aos conflitos internos pela liberdade dos povos pretos e indígenas, o regime escravocrata foi abolido, logo que a garantia da riqueza acumulada passou às quantidades de terras escrituradas pela Lei das Terras, solidificando a ruptura da estrutura social em dois extratos: daqueles que detinham a propriedade de terras e daqueles que não tinha nenhuma possibilidade de tê-las. O Brasil passa à república sob o comando de uma burguesia de “horizonte cultural aristocrático-escravocrata” (Santos e Toledo, 2020, p. 95) que conduziram o capitalismo apropriando-se das oportunidades econômicas, concessões e dos cargos, imiscuindo o setor público do privado (Santos e Toledo, 2020). Desta forma, os capitais informacionais e econômicos foram mantidos às elites, mas o uso da força física passa a ser dividido com o Estado.

No aspecto cultural, a exclusão e a dominância sobre as populações negras e indígenas foram mantidas restringindo-lhes acesso às terras, ao trabalho, à educação, à saúde; porém a divisão entre públicos e privados começam a ser delineados, onde aos poucos e com o auxílio das confraternizações religiosas, as ruas foram tornando-se públicas marcando “um novo prestígio no nosso sistema de relações sociais: o prestígio da rua. [...] que foram] deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados” (Freire, 2013, p. 20, grafia nossa) e foram ganhando iluminação pública.

As epidemias e as próprias dinâmicas do ciclo hidrológico, inseriram a dimensão ambiental no desenvolvimento urbano, aferindo o baixo valor das terras inundáveis e com estruturas sanitárias precárias. Fato que, também, estigmatizou a parcela da população mais pobre.

A doença [tuberculose] foi denominada como “a praga dos pobres” pela sua disseminação vinda das áreas mais precárias das cidades. As moradias coletivas, chamadas de “cortiços”, eram locais com pouca salubridade, onde a população aglomerava-se em pequenos quartos úmidos, marcados pela falta de instalações sanitárias adequadas e, portanto, pela pouca higiene. (Medeiros, Costa e Dantas, 2021, p. 144)

Como solução ao problema foram propostas as primeiras grandes reformas urbanas para sanear as cidades, com novas avenidas e modernos edifícios substituindo as antigas estruturas onde “os propósitos de uma higienização social estavam pouco escondidos” (Ferreira, 2005, p. 08) e a população mais pobre foi sistematicamente expulsa das regiões centrais e acomodando-se em áreas afastadas e de baixo valor ao mercado.

Neste contexto, notamos que o resultado da relação sociedade e ambiente, para a produção das cidades, é um elemento intrínseco da dinâmica social (Soares, 2010), conceito explorado por Henri Lefèbvre sobre a produção do espaço. Reforçada pela dimensão de prática espacial, conceituada por Milton Santos, em que a produção e a reprodução de espaços são próprias à cada formação social, trazendo consigo aspectos “físicos e materiais às interações homem e espaço. [...] onde] uma determinada sociedade produz seu ambiente, ao mesmo tempo em que o espaço produzido supõe determinada prática espacial, numa relação dialética” (Soares, 2010, p. 81, grafia nossa)

A industrialização do país, movida pelo processo de desenvolvimento do capital, elevam a complexidade e o contraditório da sociedade (Santos e Toledo, 2020). A urbanização centralizada pelo Estado é colapsada seguindo-se às tendências de flexibilidade da produção, do consumo, do trabalho, galgadas pelo liberalismo (Maricato, 2000), que mantiveram a alta concentração de renda por ter sido calcada na manutenção de mão-de-obra sub-assalariada (Ferreira, 2005). Apesar disso, as cidades passaram a concentrar as vidas da maior parte da população do país e sua acomodação reproduziu a lógica do passado, espalhando as cidades em estruturas autoconstruídas. Os esforços estatais na produção habitacional foram ínfimos, reforçaram a ruptura social com a criação institucional de bairros dormitórios e, ainda, beneficiaram a estruturação do mercado

imobiliário privado. Diante dos diversos processos de espoliação urbana, a moradia (casa própria) se torna “o principal símbolo de sucesso na vida das pessoas e suas famílias” (Santos e Toledo, 2020, p. 101).

A degradação do tecido social em diversas dimensões e a estruturação da sociedade agregou instituições representativas que atribuíram força no campo de construção das cidades e garantiu o tratamento da questão na formulação da constituinte de 88 e posterior regulamentação pelo Estatuto da Cidade em 2001. A dimensão ambiental toma assento em diversos discursos, inclusive na agenda urbana, a partir de 92 após a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizado no Rio de Janeiro. Apesar de todo o esforço, poucos foram os avanços em direção a democratização do acesso à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da produção dos espaços urbanos brasileiros, o domínio do jogo pelas elites em todo o arco temporal é evidente, ora utilizando-se da estrutura do Estado e ora pelos interesses do mercado, o que garantiu todos os aparatos institucionais e simbólicos para o desenvolvimento do capital e à manutenção dos privilégios.

Diante dessa lógica, as terras de menor valor econômico e de maiores vulnerabilidades às dinâmicas ambientais – como inundações e deslizamentos – foram um dos locais de assentamento informal da população com menores rendas, que associado à falta da cultura de risco e à intensificação dos processos ambientais impulsionados pelas mudanças climáticas criam áreas de risco aos chamados desastres ambientais.

A regularização das áreas de ocupação irregular por meio da ZEIS não confere segurança aos riscos ambientais, para a compreensão desses aspectos caberá uma avaliação mais aprofundada sobre os processos de regularização desses territórios nos diversos municípios com a contraposição da evolução das informações locais sobre as dinâmicas ambientais. Para além dos assentamentos irregulares, as mudanças climáticas podem intensificar seus efeitos e afetar todos os grupos sociais, independentes da sua localidade, desta forma, é preciso acompanhar a formulação das estruturas de adaptação propostas às cidades para que não reforcem as políticas de exclusão e mortes de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. O (2015). Bourdieu, Pierre. **Sobre O Estado**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2014 [Resenha].rev. hist. São Paulo, (173), 487-495. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98814>.

BOURDIEU, P. (2014). **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989/92) (R. F. d'Aguiar, Trads). São Paulo: Edição 1/Companhia das Letras. (Trabalho original 2012)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Consultado [01/08/2022]

BRASIL. **Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1983**. Autoriza o governo a conceder a uma ou mais companhias, que fizessem uma estrada de ferro da capital do Império para as Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, o privilégio exclusivo por espaço de 40 anos para uso dos carros de transporte de gêneros e passageiros. Brasília, DF. Recuperado de [<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-101-31-outubro-1835-562803-publicacaooriginal-86906-pl.html>]. Consultado [01/08/2022].

BRASIL-IMPÉRIO. **Lei Federal nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais]. Consultado [01/08/2022].

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm Consultado [01/08/2022]

CARLOS, A. F. A.; Souza, M. L. de; & Sposito, M. E. B. (orgs.). (2016). **A produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto.

CHANCEL, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. (orgs.). (2022). **World inequality report 2022**. Recuperado de [<https://wir2022.wid.world/>]. Consultado [08/08/2022].

CORRÊA, R. L. (1995). **O espaço urbano [resumo]** (3ª ed.), 174, (pp. 1-16). São Paulo: Ática. Recuperado de [<https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>]. Consultado [03/04/2022].

DEAN, W. (1991). **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.

FERNANDES, E. (2021). O Estatuto da Cidade, 20 anos mais tarde. In E. Fernandes (org.). **20 anos do Estatuto da Cidade: experiência e reflexões**. Belo Horizonte: Gaia Cultural. Recuperado de [<https://www.observatoriodasmetrolopoles.net.br/20-anos-do-estatuto-da-cidade-experiencias-e-reflexoes-2/>]. Consultado [05/06/2022].

FERREIRA, J. S. W. (2005). A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In **Simpósio Interfaces Das Representações Urbanas Em Tempos De Globalização**, UNESP Bauru e SESC Bauru. Bauru: Unesp, 2005.

FREIRE, G. (2013). **Sobrados e Mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. (1ª ed. Digital). São Paulo: Global, 2013.

HOBSBAWM, E. J. (1995). **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). **O Brasil Indígena**. Brasília, DF: IBGE. Recuperado de [https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf]. Consultado [08/08/2022]

INTERGOVERNAMENTAL Panel on Climate Change – IPCC. (2021). **Climate Change 2021 – The Physical Science Basis – Summary of Policemakers**. Switzerland: IPCC. (pp. 40). Recuperado de [<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>]. Consultado [11/07/2022].

INTERGOVERNAMENTAL Panel on Climate Change – IPCC. (2022). **Climate Change 2022 – Impacts, Adaptation and Vulnerability – Summary of Policemakers**. Switzerland: IPCC. (pp. 40). Recuperado de [<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>]. Consultado [11/07/2022].

JOLY, C. (org.). (2019). **1º Diagnóstico brasileiro de biodiversidade & serviços ecossistêmicos**. DOI: <https://doi.org/10.4322/978-85-60064-88-5>. São Carlos, SP: Cubo.

LEFÈBVRE, H. (2008). **O direito à cidade**. (R. E. Frias, Trads), (5ª ed.). São Paulo: Centauro, 2008.

MARICATO, E. (2000). **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: O. Arantes, C. Vainer, E. Maricato. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Regional – MDR. (2021). **GIRD+10 - Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres**. (1ª edição impressa). Brasília, DF: MDR. Recuperado de [https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec]. Consultado [06/05/2022].

MEDEIROS, G. L. P. de, Costa, E. B. da, Dantas, R. A. M. (2021). **Relações histórias entre epidemias e o ambiente urbano no Brasil: Síntese introdutória**. Revista Projetar, 06 (02). 141-154. Natal, RN: UFRN. Recuperado de [https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/download/23665/14238/81821]. Consultado [04/07/2022].

OLIVEIRA, F. L. (2011). Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar. In **XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: Anpur**. Recuperado de [https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/640/627]. Consultado [25/06/2022].

ROLNIK, R. (2021). O Estatuto e as lutas – mais do que nunca necessárias – pelo Direito à Cidade. In E. Fernandes, E. (org.). **20 anos do Estatuto da Cidade: experiência e reflexões**. Belo Horizonte: Gaia Cultural. Recuperado de [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/20-anos-do-estatuto-da-cidade-experiencias-e-reflexoes-2/]. Consultado [05/06/2022].

SANT'ANNA, A. de S. (2017). **O Espaço Como Capital: Contribuições À Teoria Da Ação Prática de Bourdieu**. Revista Desenvolvimento Social, 21 (01). 33-52. Recuperado de [https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1865/1992]. Consultado [01/06/2022].

SANTOS, M. H. de S, TOLEDO, R. A. (2020). **Cidades brasileiras e o capital: segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidades**. REB-Revista de Estudos Brasileños, 07 (14). 93-107. DOI: https://doi.org/10.14201/reb202071493107.

SOARES, J. M. (2010). **Os discursos contemporâneos sobre a produção do espaço e sua contribuição para o estudo da formação das cidades no Brasil**. Oculum Ensaios, 11-12, 78-89. Campinas, SP: PUC. Recuperado de [https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732214006.pdf.] Consultado [23/05/2022].

THIRY-CHERQUES, H. R. (2006). **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Revista de Administração Pública [online], 40, (01). 27-53. DOI https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003.

TOLEDO, R. A. (2011/2012). **O Ciclo do café e o processo de urbanização do Estado de São Paulo**. Historien Petrolina. 03. 76-89. Recuperado de [https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Toledo-6/publication/272504266_O_Ciclo_do_Cafe_e_o_Processo_de_Urbanizacao_do_Estado_de_Sao_Paulo/links/54e74dc00cf277664ff9563d/O-Ciclo-do-Cafe-e-o-Processo-de-Urbanizacao-do-Estado-de-Sao-Paulo.pdf]. Consultado [25/05/2022].

UNITED Nations Office of Disasters Risk Reduction - UNDRR. (2020). **Human Cost of Disasters. An overview of the last 20 years. 2000-2019**. Switzerland: ONU. Recuperado de [https://www.undrr.org/publication/human-cost-disasters-2000-2019]. Consultado em [13/11/2020].